



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 6/2011

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO
DE 2011: -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão extraordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e Sr.ª Sara Raquel Fresco, 2º secretária. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Sr.ª Ana Maria Laranjeiro Silva, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª. Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Prof.ª Maria Fernanda da Costa Baptista, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Sr. Gabriel Pinho. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta dos Sr. deputado municipal Pedro Nunes. -----

-----HORA DE ABERTURA: Eram quinze horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **O Sr. Secretário Calisto Coquim**, na qualidade de presidente da mesa, deu início à sessão e dirigiu a todos os presentes votos de um Feliz Natal.-----

----- Informou que se tinha decidido, em conferência de líderes, tornar público e efectuar a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, da qual faziam parte os elementos presentes, e também o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Professor Doutor Fernando Regateiro, que se encontrava a caminho da sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Disse ainda que, após o período de informações, iriam dar início ao período “Antes da Ordem do Dia” e que no decorrer dos trabalhos, interromperiam a sessão para a tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que deixou um voto de congratulação e louvou todas as associações e colectividades, bem como entidades independentes que vinham a representar o Concelho aos mais diversos níveis, o que os orgulhava.-----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:**-----

----- O **Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos e colocou à aprovação do plenário as actas da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2011 e da sessão extraordinária de 20 de Outubro de 2011.-----

----- Foi dada a palavra ao plenário para a apreciação da acta de 30 de Setembro de 2011. -----

----- O **Sr. deputado José Frade (PSD)** interveio e dirigiu um pedido de explicações à mesa da Assembleia Municipal. Reportou-se à página 2, na sequência do Sr. Secretário não ter dado nenhuma explicação sobre o Regimento. Questionou se tinha havido algo relativamente à decisão do Regimento. Referiu que da parte do Grupo Municipal do PSD tinham cumprido o combinado, tinham enviado até ao final de Outubro as alterações que pretendiam ao regimento,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na perspectiva de que se seguisse uma reunião ou até que houvesse um novo regimento para votar. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** usou da palavra e, em resposta ao Sr. deputado José Frade, informou que nem todas as bancadas tinham apresentado as alterações ao Regimento conforme tinha sido combinado. A bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista (PS), pese embora oralmente, tinha manifestado que estava de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. secretário. Informou, também, que não tinha recebido nenhuma proposta do Grupo Municipal do Movimento Autárquico de Renovação (MAR) e, ainda, que a proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) não respondia ao que tinha sido solicitado. Comunicou que a proposta apresentada pelo PSD era “uma revisão” do regimento e não era isso o pretendido. -----

----- Assumi a sua falha por não ter trazido o assunto à consideração da Assembleia. E não tendo o Sr. Secretário reunido condições para dar continuidade ao que estava proposto, informou que continuava a aguardar que o Grupo Municipal do MAR e do PSD fizessem uma proposta de regulamentação dos tempos e não de revisão, como estava delineado. -----

----- Interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** e explicou que só no “fim da proposta” é que era pedida a revisão, consequência das fundamentações apresentadas antes, que consistiam em “considerandos” que levavam à revisão do Regimento. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** referiu que o que vinha expresso na proposta do PSD era que “*é preciso rever o Regimento no sentido de...*”. Mencionou novamente que o que havia sido solicitado era a regulamentação da distribuição dos tempos, dentro do que estava actualmente no Regimento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** disse, também, que se quisessem contribuiriam para que chegassem à regulamentação dos tempos, que assim o fariam, senão propunham uma revisão do Regimento. -----

----- O **Sr. deputado José Frade (PS)** referiu que na altura da aprovação do regimento tinham deixado declarado a posição sobre o regimento actual. Disse ainda que o grupo municipal do PSD, se fosse da vontade de todos, queria a revisão do regimento, e se assim fosse que se agendasse. -----

----- Posto isto, o **Sr. secretário Calisto Coquim** solicitou que fosse elaborada uma proposta e a Assembleia daria continuidade à mesma. -----

----- Foi retomada a votação e a aprovação da acta de 30 de Setembro de 2011, sendo que a mesma foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Prosseguindo os trabalhos foi colocada à votação e apreciação do plenário a acta da Assembleia Extraordinária de 20 de Outubro de 2011. -----

----- Interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** para tecer algumas considerações à acta. Reportou-se aos momentos das deliberações em assembleia, considerando que era importante discriminar de quem eram as votações. Na página 6 onde se lia “*O requerimento foi **recusado por maioria** com 7 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção, pelo que o ponto 4 foi mantido na ordem de trabalhos*” devia dizer-se de quem eram os votos a favor, contra e as abstenções.-----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** recordava-se e deixou o registo que na acta de 20 de Outubro, na página 6 o “ *O requerimento foi recusado por maioria com 7 votos a favor do grupo municipal do PSD, os 13 votos contra do grupo municipal do PS e 1 abstenção do MAR*”.

----- Retomou a intervenção o **Sr. deputado José Frade (PSD)** e igualmente na página 28 onde se lia “*Não havendo mais intervenções e tendo em consideração que se mantinham os*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*pressupostos que determinaram a concessão inicial do benefício fiscal, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por maioria** com três votos contra e três abstenções [...] ” devia ler-se “Não havendo mais intervenções e tendo em consideração que se mantinham os pressupostos que determinaram a concessão inicial do benefício fiscal, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por maioria** com três votos contra do PSD dos Srs. deputados José Frade, Gabriel Pinho e Ana Maria Dias e três abstenções do PSD dos Srs. deputados Juan António, Pedro Nunes e Conceição Oliveira [...]”.* -----

----- Relativamente à página 38 onde se lia “Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou, **por maioria** com sete abstenções” devia ler-se “Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou, **por maioria** com sete abstenções do grupo municipal do PSD”.-----

----- Não havendo mais alterações, a acta foi colocada à aprovação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 3 abstenções do PSD pelos Srs. deputados Albano Lourenço, Vitor Lourenço e Ricardo Costa, por não terem estado presentes na sessão da Assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:**-----

----- Os trabalhos prosseguiram, presididos pelo Sr. Secretário Calisto Coquim, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- No uso da palavra interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que fez à mesa um pedido de requerimento, para que a mesma solicitasse à Câmara, antes do início do “período de “antes da ordem do dia””, se tinha alguma informação a prestar.-----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim**, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, considerou a integração do solicitado pelo Sr. deputado José Frade, dentro do período de informações.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dada a palavra ao Executivo e no sentido de responder à solicitação do Sr. deputado José Frade, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Reigota**. Questionou que tempo lhe competia para a informação ao Sr. deputado. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** informou que o período de informações devia ser muito sucinto e rápido. Caso houvesse alguma informação mais desenvolvida para colocar, tinham o “período da ordem do dia”, por exemplo no momento da apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara, e aí se tivesse assuntos mais importantes, que o usasse. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que sabia que tinha o referido período, não sabia a questão das “informações”, tinha sido apanhado de surpresa e, como tal, considerou pertinente da sua parte perguntar pelo mínimo quanto tempo tinha para poder falar. De qualquer maneira, já tinha percebido que tinha o mínimo tempo possível.-----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** interveio e referiu não saber o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal pretendia, mas uma informação de 20 minutos não era de todo sucinta, de maneira a que considerou que o mesmo deveria querer intervir no seu período normal da apresentação do relatório.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando Regateiro**, integrou no momento os trabalhos, e o Sr. Secretário Calisto Coquim deu início à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mira. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** iniciou a sua intervenção, pediu desculpas pelo seu atraso e prosseguiu os trabalhos da tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mira. -----

----- **TOMADA DE POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** passou a chamar os membros do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mira, para assinarem os termos de posse, sendo eles:-----

----- O *Sr. Dr. João Maria Ribeiro Reigota*, Presidente da Câmara Municipal de Mira;-----

----- O *Sr. Dr. Luís Miguel dos Santos Grego*, Vereador da Câmara Municipal de Mira; -----

----- O *Sr. Fernando de Jesus Oliveira*, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mira; -----

----- O *Sr. Cláudio Miguel Rodrigues Lopes*, Tenente de Infantaria da Guarda Nacional Republicana (não estava presente, mas tinha um representante, que levou o termo para ser assinado posteriormente pelo titular);-----

----- O *Sr. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade*, Vice-presidente da UGT; -----

----- O *Sr. Dr. Joaquim António Costa Borges*, Director do CRI de Coimbra;-----

----- O *Sr. António Cardoso Alberto*, Presidente da Junta de Freguesia de Mira;-----

----- O *Sr. Albano Manuel Rocha Lourenço*, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo; -----

----- O *Sr. Gabriel Miranda Pinho*, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos; -----

----- O *Sr. Carlos Alberto Santos Milheiro*, Presidente da Junta da Freguesia da Praia de Mira;

----- O *Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro*, Presidente da Assembleia Municipal de Mira.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que havia dois membros do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mira que não estavam presentes, que tomariam posse posteriormente.-----

----- Foi dada continuidade aos trabalhos pelo **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** e retomou-se o “período de “antes da ordem do dia””. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No uso da palavra interveio o **Sr. deputado Municipal José Balugas (MAR)** que deixou um voto de louvor e os parabéns ao Executivo pelos trabalhos executados nas escolas da Praia de Mira, pois estava uma obra bonita e em tempo recorde. A crítica que havia feito sobre o tempo da programação mantinha-se, pois considerou que os trabalhos deviam ser programados com alguma antecedência, pese embora, nem sempre fosse como desejado. -----

----- Ainda afirmou, e *a posteriori*, que lhe parecia que as crianças não tinham sofrido nenhum “trauma” por terem tido a escola instalada durante algum tempo num armazém. -----

----- Reportou-se seguidamente à Incubadora de Empresas de Mira, relativamente a uma carta que lhe tinha sido entregue, que remetia para uma eventual dívida da Câmara Municipal a uma funcionária. O grupo municipal do MAR solicitou informação detalhada da situação financeira da Incubadora de Empresas e questionou se era ou não verdade, a questão da dívida a uma funcionária ou outros funcionários. -----

----- Por último, informou que o seu pai tinha dado uma queda numas escadas públicas, realizadas recentemente pela Câmara Municipal, na Avenida Arrais Batista Cera, na Praia de Mira. As escadas estavam muito perigosas e quando havia humidade era pior ainda. No entanto, não queria, de modo nenhum, culpar a Câmara Municipal pela queda do seu pai, mas considerou que deveriam rever a obra para evitar futuros incidentes. -----

----- Seguiu a intervenção do **Sr. deputado José Frade (PSD)** que começou por interpelar também o Executivo sobre a Incubadora de Empresas de Mira, pois tendo a Autarquia quase a totalidade maioritária do capital social, quis saber qual a situação gestonária da Incubadora de Empresas, já que tinha havido a informação de demissões e alterações. Questionou quais as perspectivas, que futuro e que actividades estavam previstas para a Incubadora. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Disse ainda, e em resposta à “surpresa” causada pela sua intervenção no início do “período de “antes da ordem do dia””, onde questionou se havia alguma informação da parte da Câmara, que quisessem disponibiliza-la naquele momento. Era a justificação daquilo que foi tido pelo sr. Presidente da Câmara com “alguma surpresa”. Considerou que se havia informações como estas ou outras, que eram momentâneas, podiam ser dadas “antes da ordem do dia” para não se estarem a repetir a fazer perguntas.-----

----- Autorizada a intervir, usou da palavra a **Sr.ª deputada Zélia Morais (PS)** que se referiu à questão do saneamento em Carromeu. Por um lado era de elogiar a obra que estava feita, mas queria saber porque é que não tinha sido acabada. A estrada estava intransitável e os habitantes estavam insatisfeitos.-----

----- No sentido de responder às questões levantadas anteriormente pelos Srs. deputados, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**.-----

----- Começou a sua intervenção por responder ao Sr. deputado José Balugas, onde agradeceu o seu elogio às obras das escolas da Praia de Mira. Referiu que a Câmara Municipal mais não fazia que o seu “papel”, apesar das dificuldades que decorriam, mas era apreciável ver as pessoas a dizer as coisas boas que se iam fazendo, criticando e dizendo as que estavam menos bem, dando os parabéns ao Sr. deputado pela sua intervenção.-----

----- Relativamente ao acidente do familiar do Sr. deputado, lamentou o ocorrido, e pediu informação mais detalhada relativamente às escadas em que tinha sido o incidente para poder aferir o assunto.-----

----- Quanto à Incubadora de Empresas, informou que havia uma dívida, que não era da Câmara, mas sim da própria Incubadora, pois era uma associação sem fins lucrativos privada, em que a Câmara era a accionista principal.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu que a questão da incubadora tinha sido, assim como outros assuntos, uma questão politizada, considerou não haver nenhum mal nisso, desde que com a política se aproveite o bem no seu próprio funcionamento. Desde a instalação da Incubadora em Mira tinha sido sempre defensor em tentar salva-la, porque sabia como ela tinha começado, só que “entre o querer e o fazer” ia uma grande distância e os tempos não eram fáceis. A dívida da empresa era substancial, era uma situação preocupante, mas encontrava-se perfeitamente à vontade, a sua posição sobre a incubadora e a sua vinda para Mira estava registada. A mesma tinha-lhe sido sugerida nos seus primeiros mandatos, aconteceu na prática no mandato do PSD 2001/2005 e a sua posição como vereador da oposição tinha sido bastante clara. -----

----- No entanto, após ter assumido as funções que o sufrágio secreto e universal lhe tinha fornecido, tinha sempre tentado salvar a incubadora, mas isso não passava por “pegar” em dinheiros públicos, apesar da Câmara Municipal ser a accionista principal, e injectar constantemente dinheiros públicos na incubadora. Por ter começado mal, tinha demorado muito tempo a colocar em ordem e hoje tinham problemas terríveis, nomeadamente da própria demissão do conselho de administração. -----

----- Respondeu ao Sr. deputado José Frade informando-o que a Incubadora de Empresas não tinha gestão, devido à demissão do conselho de administração. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** continuou os seus esclarecimentos, respondendo à questão levantada pela Sr. deputada Zélia Morais, quanto ao saneamento. -----

----- Era do conhecimento de todos que o Concelho, nos últimos anos, tinha investido seriamente nas questões de saneamento. Eram obras que, sendo fundamentais, e estando até atrasadas no seu contexto, dada a situação do Concelho ao longo dos tempos, causavam sempre problemas, pois cada vez que faziam um troço de saneamento advinham problemas. Considerou



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tinha havido algum excesso e exagero nas obras de saneamento em Carromeu, dado que os “buracos” estiveram abertos durante muito tempo. A situação devia-se às próprias empresas que tinham cada vez mais dificuldades em gerir o cumprimento, entre a Câmara e a própria empresa. Deixou ainda a “boa notícia” que após várias reuniões entre a Câmara e a empresa, esta tinha-se comprometido a repor o piso, com duas frentes de equipas de trabalho.-----

----- Relativamente à intervenção do Sr. deputado José Frade, concordou com o mesmo, que a questão da Incubadora era preocupante, informou que tinham uma reunião marcada com o gerente da Caixa Geral de Depósitos para tentar conversar sobre o assunto. Quanto ao futuro da Incubadora, disse que era uma questão que sempre tinha levantado, desde que a mesma “veio” para Mira, porque começou logo mal, tinham passado quase um mandato a tentar legalizar “situações de ilegalidade”, pois nem licenciada estava. -----

----- Referiu que a situação era preocupante, assim como os tempos que se viviam, mas considerou que só tinham que fazer uma coisa que era “*continuarmos todos em conjunto, independentemente das nossas diferenças, continuarmos a lutar para salvar o que temos que salvar*”. -----

----- Quanto ao “pedido de informação” levantado pelo Sr. deputado, referiu que tinha sido apanhado de surpresa e que não sabia bem que informação deveria dar, pois uma Câmara Municipal tem muita informação para dar.-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, congratulando-se pela sua recuperação. -----

----- Reportou-se à intervenção do seu colega de bancada Sr. José Frade, quando o mesmo falou do “pedido de informações”, pois tinha sido no sentido de serem pragmáticos e contribuindo para a boa realização dos trabalhos, onde muitas vezes no “período de antes da ordem do dia”



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eram colocadas questões pelos grupos municipais, muitas vezes a Câmara Municipal poderia, sendo que se podiam tratar de acontecimentos passados nas vésperas das sessões das assembleias municipais ter informações, o que evitava que as questões fossem colocadas. Esclareceu que tinha sido só nesse sentido que o grupo municipal do PSD tinha colocado a questão.-----

----- Novamente, o **Sr. deputado Juan António (PSD)**, reportou-se a outra intervenção do seu colega de bancada José Frade, quando o mesmo abordou a “questão dos mirenses” quer em termos individuais ou colectivos, que tinham elevado o nome de Mira, julgou que o mesmo se estivesse a referir à Mariana Oliveira, e que a câmara Municipal vinha a contribuir em proporcionar às individualidades condições para poderem de alguma forma divulgar o nome de Mira.-----

----- Referiu que havia outros munícipes que, muitas vezes, tinham outras posturas, que colocavam questões um pouco melindrosas, mas eram confrontados por cidadãos atentos que vinham colocar questões, onde muitas vezes bastava uma resposta simples e evitava-se o alongar e a criação de “algumas novelas” que iam decorrendo no espaço cibernauta. Questionou o que se passava concretamente com o caso das bombas de gasolina da Praia de Mira, se efectivamente as mesmas iriam ser mudadas, para quando e para onde? A questão colocada entroncava também no assunto parque infantil que estava colocado em cima dos depósitos de gasolina.-----

----- Ainda pediu esclarecimentos quanto ao ponto de situação da ponte da Videira, recordou que desde Abril a ponte estava fechada.-----

----- Questionou, ainda, quando é que tinha sido feita a última higienização dos contentores do lixo.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por último, dirigiu-se ao Sr. presidente da Assembleia Municipal e questionou-o quanto a uma petição ou requerimento feito por um munícipe e que não tinha sido dada a resposta em tempo oportuno, tendo isso sido objecto de um reparo de uma instância superior. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** para, tal como solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, dar a localização exacta das escadas. Informou-o que se localizavam junto às novas casas de banho na Avenida Arrais Baptista Cera, que descia em direcção à farmácia.-----

----- Seguiu-se a **Sr. deputada Fernanda Baptista (PS)** que questionou o Executivo quanto ao Pólo II da Zona Industrial, pois vinha a ouvir uns comentários pouco positivos, que levavam a querer que a Câmara Municipal tinha ocultado terrenos a pessoas que lá se queriam instalar e que o Pólo II da Zona Industrial não iria “dar em nada”. Solicitou esclarecimentos quanto ao ponto de situação do Pólo II da Zona Industrial.-----

----- Interveio seguidamente o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões dos Srs. deputados.-----

----- Iniciou a sua intervenção, dirigindo-se à Sr.^a deputada Fernanda Baptista. Quanto ao Pólo II informou que estavam quatro empresas a funcionar em pleno, sendo elas: “Alhos Mateus; Mirapack; Coryma; Artimira”. Havia setes empresas que estavam prontas a construir e ainda havia quatro empresas com os processos mais atrasados. Referiu não ter dúvidas de que o Pólo II da Zona Industrial era um sucesso, encontrava-se bem situado, mas em termos conjunturais, era extremamente complicado a instalação de empresas. -----

----- Quanto à informação dada pelo Sr. deputado José Balugas relativamente às escadas, referiu que a obra estava em fase de conclusão. Também ele não gostava de ver a arrastar-se no tempo



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as obras, mas não se podiam esquecer que durante muitos anos não tinham tido naquela zona casas de banho e as que tinham encontravam-se em situações muito precárias.-----

----- Informou que as escadas iriam ser protegidas sendo aplicado um “corrimão”. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** prosseguiu os seus esclarecimentos e dirigiu-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Juan António, a quem agradeceu os votos de recuperação e melhoras dirigidos à sua pessoa. -----

----- Quis deixar o louvor à grande evolução das actas ao grande trabalho administrativo realizado pelos chefes de divisão e pelos serviços da Autarquia.-----

----- Relativamente à mudança das bombas explicou que as mesmas estavam a funcionar por um período precário e quando terminasse possivelmente seriam mudadas se houvesse investimento. Informou que continuavam à procura de uma solução para resolver a situação, porque sabiam desde o início que, embora o referido espaço tivesse sido melhorado, as bombas deviam ter saído dali, mas obviamente mantendo as bombas de gasolina na Praia de Mira. -----

----- Relativamente ao Parque Infantil, embora reconhecesse que poderia ter ficado melhor noutra sítio e que havia algum perigo por estar onde está, no entanto, depois das inspecções e recomendações que tinham sido feitas, a seu tempo também seria revisto. -----

----- Disse que iam fazendo o possível e que iriam sempre trabalhar no sentido de procurar as melhores soluções dentro dos condicionalismos que existem. -----

----- No tocante à ponte da Videira informou que a jurisdição não era da Autarquia, não lhe competia fazê-la, mas na realidade era a Autarquia que a estava a construir. O mesmo se colocava com todas as pontes da mata florestal, mas era a Câmara Municipal e em mandatos liderados por si, que as vinha a fazer e deu como exemplo a ponte da vala da cana. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado José Frade (PSD)** disse que o assunto da Incubadora tinha ficado por responder e que o PSD não se importava em ceder ao Executivo algum do seu tempo de intervenção para que a questão ficasse explícita. -----

----- O **Sr. deputado Juan António (PSD)** interveio e ressaltou que quando abordou o assunto das bombas/parque infantil, nada o movia contra as bombas, até porque ele tinha sido criado “naquele ambiente”. Quis deixar explícito que a questão das bombas estava relacionada com a temática do parque infantil. -----

----- Ainda pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que respondesse à questão colocada por si, relativamente a correspondência enviada ao Sr. presidente da assembleia e que ficou por responder e também solicitou, ao Executivo, explicações sobre os contentores do lixo que tinha ficado por responder. -----

----- Seguidamente interveio o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** que passou a ler o texto que a seguir se transcreve: -----

----- “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados e Srs. Vereadores. Em primeiro lugar quero-vos mostrar o contentamento da Junta de Freguesia e da sua população que ao final de tantos anos a câmara nos resolveu o problema da retirada das águas em frente ao posto médico. Obra essa tão simples e que foi tão complicada.* -----

----- *Em segundo lugar quero agradecer a cedência de tubos e autorização para emanilhamento da água em frente à sede da confraria e o mesmo na rua Dr. Manuel Rosete, obra essa que também já tinha promessa de cerca de 20 anos, mas com o esforço da Câmara e da Junta a obra neste momento está quase concretizada. Temos outros ofícios para esta*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara a solicitar outro tipo de obras desta natureza que gostaríamos igualmente de ver resolvidos. A Junta por seu lado está sempre disposta a colaborar. -----

----- Em terceiro lugar quero agradecer a presença dos Srs. Vereadores na nossa Ceia de Natal que tanto nos honrou. -----

----- Em quarto lugar gostaria, por último, nesta quadra natalícia e fim de ano de desejar a todos um próspero ano novo e pedir que acabe a discriminação para com a junta de Carapelhos de uma vez por todas e perguntar porque é que na ceia de natal da Câmara, mais uma vez, a Junta de Carapelhos não foi convidada e as outras juntas do concelho foram.” -----

*----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. deputado Carlos Milheirão (PS)** e disse que subscrevia as palavras do Sr. deputado José Balugas relativamente à escola e considerou que os trabalhadores tinham sido excelentes.-----*

----- Disse que também subscrevia as palavras do seu amigo Sr. deputado Juan António, que falava sempre muito bem e sem ser tendencioso, expondo sempre muito bem as suas ideias. -----

----- Reportou-se seguidamente ao trabalho que estava a ser realizado nas dunas, que de certo modo estava a superar as suas expectativas, mas tinham de estar de “pé atrás” pois não sabiam qual ia ser a “reacção” do mar. Informou que, e como já havia referido em outras assembleias, tinha escrito um artigo no jornal “Voz de Mira” e sugerido a utilização dos “big bags”. Disse não saber se a sua ideia tinha sido aproveitada pois, posteriormente, tinha havido reuniões com pessoas do INAG e da ARH, o próprio tinha falado dos “sacos” que finalmente tinham vindo. Julgava que o trabalho estava em fase de conclusão e aparentemente estava a ficar bom. -----

----- Quis ainda deixar publicamente o seu agradecimento ao fiscal do INAG, pois foi graças a ele que tinham conseguido autorização da ARH para tirar todas as areias que estavam entre os armazéns da lota e o muro de betão. Restava-lhe agora solicitar à Câmara Municipal que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consolidasse o referido espaço, para que pudessem lá circular outros veículos e não só tractores, para que dessa forma se evitasse que os carros do peixe deixassem de carregar os carros na estrada e consequentemente que as “mouras” escorressem pela estrada fora, até às portas das habitações. -----

----- Deixou um pedido ao serviço de obras, para fazerem um esforço e colocarem no “muro da lota” um varandim, que já estava prometido há algum tempo. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que reportou a sua intervenção ao Sr. deputado Gabriel Pinho. Referiu que lhe parecia que havia uma nova forma de estar, pois na intervenção o Sr. deputado tinha começado por dizer que os assuntos da sua freguesia, que ele defendia com a garra que lhe era peculiar, estavam a começar a ficar resolvidos. Com o esforço da Câmara juntamente com a Junta de Freguesia. -----

----- Relativamente aos ofícios enviados, disse que a câmara Municipal iria continuar a fazer o seu melhor. -----

----- Por fim, quanto ao convite para a ceia de Natal, disse que se tivesse havido falha, pediu em nome da Câmara Municipal imensas desculpas, pois era imperdoável. Quanto à “discriminação” abordada pelo Sr. deputado, o Sr. Presidente da Câmara considerou que esse sim, vinha da parte do governo que por imposições conhecidas de todos poderia querer acabar com as Freguesias, num quadro desajustado, incoerente e o Sr. Presidente da Junta da Freguesia dos Carapelhos sabia a sua posição sobre a sua Freguesia. Era uma Freguesia com identidade, com serviços e que na perspectiva do Executivo não se enquadrava na probabilidade de terminar. -----

----- Quanto à intervenção nas dunas, assunto abordado pelo Sr. deputado Carlos Milheirão, reiterou que o mar era muito poderoso, mas iriam continuar a acompanhar os trabalhos. Havia uma muito boa coordenação da Junta de freguesia da Praia de Mira e da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nesse sentido. Tudo tinham feito para que as obras fossem realizadas, sem intervenções políticas e partidárias como tinham tentado fazer, lamentando isso, porque não admitia que se brincasse com a população da Praia de Mira. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** que, relativamente aos contentores do lixo, informou que a higienização não estava no protocolo com a Ersuc, mas os contentores eram todos higienizados pelo menos duas vezes por ano, de forma rotativa. Informou, também, que mais que uma vez por ano a Câmara contratava à Ersuc esse mesmo trabalho. Referiu, por exemplo, que na Freguesia da Praia de Mira, depois do Verão já todos os contentores tinham sido higienizados. -----

----- Reportou-se seguidamente à AIBAP/Incubadora de Empresas de Mira e referiu que a situação era quase impossível falar nela em tão pouco tempo. Relativamente à situação financeira da Incubadora explicou que a mesma se resumia a uma dívida, no momento, na casa de 1.800.000,00€ e numa situação de insustentabilidade financeira na gestão diária. -----

----- Quanto à questão levantada pelo Sr. deputado José Frade, disse que gostaria de ter outras informações, mas o Sr. Vereador disse que também gostaria de saber da assembleia, o que é que a Assembleia pensava para o futuro daquela importante obra do Concelho. Referiu que a dívida de 1.800.000,00€ era muito fácil, pois se a Câmara decidisse satisfazer o capital social da dívida, durante três anos não fazia obras e investia tudo na incubadora. Referiu que desde sempre essa situação tinha sido vista e desde sempre afirmada, sendo certo e que como já tinha lido em algumas cartas, viam a situação com “paninhos quentes” e com uma visão “dourada ou cor-de-rosa do mundo”. Deu como exemplo, que a Biocant que era um sucesso, ainda hoje não era sustentável na gestão corrente, e mesmo assim a Câmara Municipal de Cantanhede tinha investido, só em capital social 2.200.000,00€. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente aos funcionários da AIBAP tinha apenas um recurso humano porque não havia sequer projectos que justificassem outro tipo de quadros. Já tinham tido seis funcionários directos, tinha sido feito o despedimento por cessação do posto de trabalho a um dos funcionários, ao director geral, pois não havia condições. Só os recursos humanos levavam mais do que o dinheiro que era pago pelas empresas que lá estavam, fora todos os outros gastos correntes. Informou que tinha havido uma funcionária que tinha solicitado a rescisão contratual; outro funcionário, igualmente, tinha solicitado a rescisão do contrato dado que tinha recebido uma proposta melhor de trabalho; outro funcionário estava com um contrato a tempo certo e terminou e outro estava num POC. Informou que havia uma dívida ao ex-director geral que ia ser decidida no Tribunal do Trabalho em Cascais no dia 5 de Janeiro. Era dito numa carta, que lamentavelmente, como administrador apenas tinha tido conhecimento dela porque um dos vários destinatários que a recebeu [que tinha sido o Sr. Presidente da Câmara], onde era dito que tinham faltado a uma “reunião” no tribunal de trabalho da Figueira da Foz. Explicou que não tinham sido convocados e que já tinham accionado o advogado para perceberem o que se tinha passado. Referiu que tinham que tomar uma decisão, entre *“fazer face ao pagar dessa dívida que temos com ex-funcionários ou manter a incubadora aberta pagando água, luz e telecomunicações”*. -----

----- Explicou que, no momento, como todo o conselho de administração estava demissionário, onde o próprio apenas se encontrava, com grande esforço pessoal e com autorização da Assembleia-geral, a fazer gestão corrente, apenas estavam a pagar as despesas correntes, já referidas, que permitissem manter a incubadora aberta para que as empresas que lá estavam não tivessem que sair (que no momento eram duas).-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Informou quanto ao facto da grande dificuldade em captar empresas, sendo que um dos problemas se devia à instalação dos pórticos na A17, passando esta a ser paga. -----

----- Transformar a incubadora num edifício de escritórios seria uma opção, mas tinha que ser muito bem aquilatado, pois ainda não havia cinco anos que o edifício estava pronto e, como uma operação financiada pelo III QCA, durante cinco anos tinham que estar abertos para aquilo que era a valência para o qual tinha sido financiado. Durante esses anos o grande objectivo era que a dívida não aumentasse. -----

----- Era preciso terem capitais próprios e esses capitais próprios eram de um capital social irreal, tanto era que, como os Srs. sabiam, inclusivamente a AIBAP tinha sido feita num terreno que não era da Câmara Municipal de Mira, estava feita num loteamento que não estava loteado, e os terrenos que vinham da ABAP, dizia lá que eram terrenos infra-estruturados, não estavam loteados. -----

----- Também era do conhecimento dos Srs. deputados que a AIBAP estava concluída e não havia sequer o processo de obras aprovado; que os juros tinham começado a cair porque o financiamento não vinha e o projecto não podia ser submetido. E não estava licenciado porque o terreno não era ainda da Câmara, para esta o dar à AIBAP, para a mesma ser detentora e poder licenciar os autos e tudo isso tinha contribuído para mais algum atraso. -----

----- Portanto, ponto número um: falta de capitais próprios no capital social; segundo: a AIBAP assumiu obras que não eram para ser assumidas (a infra-estruturação dos terrenos que supostamente viriam da ABAP); terceiro: às mudanças de legislação que tinham ocorrido em termos de projectos técnicos, acústicos e acessibilidades contribuíram para que tivesse que haver alterações no projecto, projecto esse que estava construído. O quarto aspecto, e fundamental, foi que se tinham planeado e planificado num cenário “*silicon valley*” que não era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o cenário que se tinha e a crise que veio afastava grande parte dos potenciais clientes daquele espaço. Tinham um bom edifício, com uma manutenção cara, com os pormenores de não ter utentes ou clientes e o pormenor de grande parte dos projectos internacionais aos quais se podiam candidatar poderiam ter recursos altamente habilitados, recursos esses, que eram tão caros que a AIBAP não lhe conseguia satisfazer os salários.-----

----- O exposto pelo Sr. Vereador até ao momento era o cenário da AIBAP, aquilo que eram as perspectivas, disse que, se assim o entendessem, poderia falar nelas naquele contexto ou mesmo no da assembleia. Convidou mesmo, como administrador demissionário, todos os Srs. deputados a uma visita à AIBAP. Disse ainda que se tratava de um assunto que o município e não a Câmara Municipal tinham que enfrentar, quase como um desígnio. O cenário não era um cenário animador, estava agendada mais uma reunião com um administrador da Caixa Geral de Depósitos Central, que seria mais uma reunião em que tentariam de alguma forma aquilatar soluções, porque o próprio dinheiro estava muito caro e o empréstimo que tinham contratualizado, era o empréstimo que tinham renegociado com a CGD e dentro de poucos meses iriam começar a cair prestações, e aí a situação agudizar-se-ia.-----

----- Seguiu-se o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** e, relativamente à questão colocada à sua pessoa pelo Sr. deputado Juan António, pediu que o mesmo fosse mais explícito, pois assim estaria com dificuldades em se localizar. Não tinha nenhum documento, nenhum pedido pendente em sua posse. Pediu para que, posteriormente, o informasse sobre o que estava em causa, não valendo a pena estarem a dilucidar a questão no momento.-----

----- Autorizada a intervir, usou da palavra a **Sr. deputada Conceição Oliveira (PSD)** que informou que vinham surgindo comentários nas redes sociais relativos ao espaço contíguo ao largo da feira em Mira. Referiu que como pretendiam dar respostas com fundamento aos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mirenses, gostava de saber se o Executivo tinha algum projecto para a requalificação daquele local. Se existia, gostariam de saber se havia algum impedimento, além das dificuldades financeiras que impedissem a execução desse mesmo projecto.-----

----- O **Sr. deputado João Nogueira (PS)** interveio e começou por felicitar o Executivo pela limpeza realizada na Barrinha na Praia de Mira, pois era de primordial importância para Mira e para a Praia de Mira. Classificou a limpeza como maravilhosa, embora fosse difícil “exterminar” aquela praga, mas o aspecto das águas estava maravilhoso. Quis também deixar a felicitação e agradecer aos trabalhadores que voluntariamente ajudaram a limpeza e o transporte dos jacintos. -----

----- Para responder aos Srs. deputados usou da palavra o **Srs. Presidente da Câmara Municipal de Mira**.-----

----- Começou por aludir à Barrinha e informou que a Câmara Municipal era quem mais promovia e investia na limpeza da Barrinha, quando deviam ser outras entidades a fazê-lo, pois não era a Câmara que tinha a jurisdição da mesma. Se não fosse a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, os particulares que tinham tomado a “seu peito” a limpeza dos jacintos, hoje o problema seria muito mais grave.-----

----- Era muito fácil criticar, mas era bom que o fizessem com justiça, porque senão passariam a vida a dizer aquilo que não era a realidade.-----

----- Disse com veemência que a câmara municipal, juntamente com a junta de freguesia e os populares, eram os únicos que verdadeiramente se interessavam pela barrinha porque outras apenas criticavam e desinformavam.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu que na Lagoa se passava o mesmo, mas esperava que os POLIS não fossem à falência, e que a requalificação da lagoa, do lago do mar e da barrinha, tivessem a sua continuidade. -----

----- Quando à questão levantada pela Sr.^a deputada Conceição Oliveira, o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que não queria de todo ser indelicado pois teria de falar de um antigo colega autarca e de uma gestão do PSD. Referiu que tinha sido grave demais o que se tinha feito no largo da feira de Mira, pois tinham um mercado novo em Mira inaugurado à relativamente pouco tempo. Sentia-se entristecido e não compreendia como é que um executivo camarário o tinha mandado colocar abaixo, e na actualidade tinham lá uma triste realidade. Aquela era a realidade existente relativamente àquele espaço, a inviabilizar um grande projecto que tinham de educação, ciência e ambiente para aquela zona, tentando manter e valorizar a “feira dos 23”.-----

----- Referiu também que não sabia, se no momento, o projecto teria “pernas para andar”, devido aos tempos de crise e ao encerramento dos “QREN”.-----

----- Relativamente às redes sociais disse que simplesmente não as lia, não sabendo o que lá vinha. -----

----- Os trabalhos foram suspensos para um breve intervalo era cerca das 17h, tendo sido retomados pelas 17h30. -----

----- O Sr. deputado Carlos Monteiro (PS) ausentou-se da sessão.-----

----- Antes do início dos trabalhos, o **Sr. deputado José Frade (PSD)** solicitou ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal, autorização para apresentar uma declaração de protesto relativa a um dos pontos da ordem de trabalhos, para conhecimento do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou o Sr. deputado José Frade, e tendo sido informado pelo mesmo que não se tratava da alteração da agenda dos trabalhos, que assim que se chegasse ao ponto em causa, o Sr. deputado seria autorizado a proceder à declaração de protesto. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **PONTO UM: Apreciação e decisão sobre o pedido de suspensão de mandato apresentado por deputado Municipal e eventual instalação do substituto, nos termos do disposto no art.º 47º., conjugado com o art.º 79º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- O **Sr. presidente da Assembleia Municipal** informou que o Sr. deputado municipal José Carlos Baptista Garrucho (MAR) teria solicitado a sua suspensão de mandato e que a sua substituta seria a Sr.ª Ana Maria Laranjeiro da Silva. Ainda leu o seu pedido de suspensão que a seguir se transcreve: -----

----- *“De acordo e ao abrigo do Artº 5 do Regimento da Assembleia Municipal de Mira e demais legislação aplicável, solicito a V. Ex. que submeta a decisão da Assembleia o meu pedido de suspensão de mandato de deputado por um período de 300 dias.* -----

----- *Este pedido de suspensão de mandato justifica-se pelas incontornáveis dificuldades em compatibilizar o exercício das funções de deputado municipal com razões de natureza pessoal e familiar.* -----

----- *Desta forma e renovando os meus desejos pessoais e políticos de um excelso trabalho em prol da nossa terra a desenvolver nessa Assembleia, a todos as Senhoras Deputadas e Deputados desejo os maiores empenhos e sucessos em tempo que a todos desafia.*-----

----- *Solicito compreensão e apresento os meus mais cordiais e políticos cumprimentos,* -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mira, 18 de Outubro de 2011. -----

----- O deputado municipal, José Carlos Baptista Garrucho” -----

----- Não se verificando intervenções o Sr. presidente da Mesa, colocou o ponto à votação do plenário, sendo **aprovada por unanimidade** a suspensão do mandato e substituição, nos termos da legislação em vigor, pela, agora, Sr.^a deputada Municipal Ana Maria Laranjeiro da Silva. -----

----- Prosseguindo, a Sr.^a deputada Ana Silva passou a ler o termo de posse que a seguir se transcreve, assinando-o no fim: -----

----- “Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente e pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas” -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os votos de boas vindas à Sr.^a deputada Ana Silva (MAR), seguindo-se um momento de aclamação pelo plenário. -----

----- **PONTO DOIS: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º1, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- Em representação do Executivo usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por se congratular pela forma como os serviços apresentavam o relatório, nas várias divisões. -----

----- Relativamente à questão financeira, referiu que todos sabiam a situação de crise que se vivia, tempo de dificuldades, mas o que era certo era que, apesar de todas as dificuldades, quer o endividamento líquido quer o endividamento a longo prazo da autarquia, tinham reduzido. Referiu que o Governo não pagava à Câmara Municipal projectos já executados no valor de cerca de 2,5 milhões de euros e considerou que era muito para uma autarquia como a de Mira. Os FEF's eram cada vez mais reduzidos, cabendo à autarquia de Mira cerca de 200 mil euros a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

menos. Referiu que, com esforço, tinham conseguido enfrentar a questão do endividamento e reduzi-lo, mas a situação nos tempos que corriam era complicada, quando de facto as próprias receitas continuavam a ser exíguas e cada vez mais difíceis. O próprio património municipal que poderia servir para alienar e captar investimento não se realizava. Pela crise actual, os investidores, além das dificuldades inerentes e estruturais, estavam sempre de pé atrás, e havia situações muito complexas. -----

----- Dando continuidade aos trabalhos, usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** que começou por sublinhar a evolução do endividamento da Câmara. Aprazia-lhe registar a diminuição do endividamento líquido, o que reflectia o esforço financeiro para diminuir a dívida, tanto a curto como a longo prazo. -----

----- Deixou o registo de que, por duas vezes, tinha sido ultrapassado o limiar do endividamento líquido, que era 5.800.000,00€. De qualquer modo era uma baixa significativa da dívida e isso devia regozijar a todos. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que começou por ler um excerto de uma intervenção sua, da acta da última Assembleia Municipal de Setembro, onde constava o seguinte: *“Deixou ainda uma sugestão ao relatório, para que ele comesse a consagrar mais os aspectos de gestão e não evidenciasse tanto os aspectos “administrativos e meramente de expediente””*. -----

Os limiares de endividamento da Câmara, de facto, estavam a ser cumpridos, embora andassem muitas vezes na “corda bamba”, mas registava com apreço uma diminuição, fruto de que as coisas vinham sendo feitas de uma forma pensada. Na sua perspectiva pessoal, considerava que deviam ter sido um pouco mais exigentes com “eles próprios”, mas a Câmara vinha a fazer um bom trabalho nesse aspecto. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente ao relatório em si, alertou que era importante ter o “cunho” pessoal e até mais político do próprio executivo, das grandes linhas mestras, das obras que estavam para ser implementadas e das que não foram implementadas e até de acções que foram feitas. -----

----- Referiu a venda dos terrenos para o Campo de Golfe, questionou que medidas tinham sido tomadas, quais as iniciativas, referindo que isso, muitas vezes, ajudava a clarificar algumas situações, porque falar muitas vezes em pormenores, reiterando o aspecto “*mudança ou não de tonner*” era muito pouco relevante para o relatório em termos da vida do Concelho. -----

----- Cingindo-se somente ao relatório onde, da página 11 até à página 13, considerou haver uma série de dados que acabavam por estar em excesso e que não faziam muito sentido. -----

----- Reportou-se seguidamente ao desfasamento previsível das receitas de capital entre o previsto e o executado, dando tónica à “venda de bens e investimento”, onde tinham tido uma taxa de execução de 3,87%. Sabiam como as coisas eram feitas, mas era necessário que os orçamentos tivessem algo mais, embora permitissem ter alguma cabimentação orçamental, para algumas obras, tinham que ser mais realistas face à actual conjuntura e não empolar demasiado os orçamentos porque depois daria taxas de execução muito complicadas. -----

----- Ainda quanto aos cortes do FEF, referiu que, inclusivamente, poderiam vir a ter dificuldades em cumprir muitos dos compromissos que estavam presentes. -----

----- Relativamente ao parque de campismo, disse que não era admissível, face a todos os constrangimentos de ordem orçamental, o tempo em que as obras demoravam a estar concluídas. Tinha consciência de que havia dificuldades, mas era por isso mesmo que tinham que reunir as valências e fazer. Deu como exemplo, que a verba prevista para o parque de campismo (dando só como exemplo, no turismo) era de 700.000,00€ e a executada 181.587,00€ e disse que deviam assumir também alguma culpa, inércia, alguma incapacidade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Abordou também a questão se a Câmara teria tido algum problema recentemente com uma instituição financeira relativamente a “uma penhora ou cativo de saldos” e, para que as coisas ficassem devidamente esclarecidas e correctas, pediu um esclarecimento sobre esse assunto.-----

----- Reportou-se à página 41 e passou a ler: *“Por fim, há que dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal da celebração de um protocolo de colaboração entre a CM de Mira e o Turismo do Centro de Portugal (TCP), cuja minuta foi decidida em reunião do Executivo Municipal ocorrida em 22/06/2011 e, recentemente, assinado [o protocolo] por ambas as partes”*. Considerou que era um assunto que deveria estar mais desenvolvido e deviam ter mais informações.-----

----- Por último, chamou a atenção para a nova lei das finanças locais e a questão dos prazos de pagamento, colocando a questão se dentro dos valores consagrados em termos de fornecedor de conta corrente, onde aparecia um valor na ordem dos 500.000,00€, juntavam também fornecedores de imobilizado e “*factorings*”, se na conta corrente estavam consagradas receitas que envolvessem mais o tecido empresarial local ou se abrangia todos os fornecedores.-----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e começou por dizer que concordava com o que o Sr. deputado José Balugas tinha dito, pois ao longo do tempo tinha sido levantada, injustamente, a preocupação face à evolução do endividamento líquido, tinha sempre sido dito por parte da autarquia que as coisas estariam dentro dos limites aceitáveis pela lei das finanças locais. Fez referência que o Executivo tinha sido questionado em Assembleia Municipal, várias vezes, sobre qual seria a estratégia para resolver o problema. Considerou que, mesmo sem os deixar totalmente tranquilos face ao que vislumbrava no relatório e face ao que vinham vendo ao longo dos dois últimos anos, no momento, estavam dentro do valor mais baixo. Disse ainda, e que lhe aprazia registar que, face às dificuldades que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ocorriam presentemente, o executivo vinha a ter a preocupação de não descorar os compromissos que tem com a banca no endividamento a longo prazo, não tendo a tentação de contrair novos empréstimos. Ainda registou o facto das receitas correntes estarem acima da despesa corrente, o que revelava alguma “saúde financeira” da Câmara, sabendo que aquilo que era receita corrente podia suprimir as despesas directas da Autarquia, sabendo de antemão que todas as restantes obras e investimentos teriam que ser acautelados com financiamentos ou candidaturas a instituições externas à Câmara Municipal. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e começou por agradecer às três intervenções a forma “correcta” como tinham deixado as suas recomendações. Disse que, humildemente, aceitava todas as recomendações dos Srs. deputados, de forma a melhorar a gestão. Disse ainda que aceitava todas as recomendações, desde que fossem construtivas, frontais e pertinentes, como tinha sido o caso. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego.** Reportando-se ao Sr. deputado Juan António, explicou que os bens de investimento que tinham tido uma má execução eram devidos ao clima de “crise”; não era clima para vender e a câmara tinha decidido não vender ao “desbarato”. Mais do que isso, a câmara tinha decidido não “hipotecar o futuro do Concelho” por precisar de uma receita, a curto prazo, correndo o risco de ficar com más execuções. -----

----- Depois, quanto às empresas que estavam no espaço de pagamento do SIPOCAL, informou que davam essa informação e faziam o *report* à DGAL trimestralmente. Informou que só se tratava dos grandes fornecedores, quanto aos pequenos fornecedores locais, a Câmara tinha o cuidado de fazer um pagamento muito atempado e célere, pois não queriam jamais coloca-los em situações de dificuldade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto ao parque de campismo salientou que tinham feito uma correcção ao próximo ano, para 2012 tinham uma perspectiva de receita inferior ao presente ano, pese embora fossem ter mais valências. Explicou que o que aconteceu em 2011, foi o combinar do mau tempo (tinha sido um ano anormal no Verão), da crise e também não tinham sido colocados em funcionamento, (pelos motivos elucidados pelo Sr. deputado Juan António, que não escamoteavam nem rejeitavam), as valências que previam arrecadar mais receitas. -----

----- Quanto ao protocolo com a Entidade Regional de Turismo, relativo à animação da época balnear, considerou que, efectivamente, poderia estar mais bem transcrito no relatório. -----

----- Informou todos os presentes que já tinham sido dadas instruções expressas aos chefes de divisão para ser feito um relatório diferente, menos descritivo e mais analítico. -----

----- Relativamente à penhora, disse que era um assunto que o deixava espantado, pois já em reunião de Câmara esse assunto lhes tinha sido colocado. Mas não sabia como é que o mesmo era de conhecimento e falado. Talvez o Sr. deputado o soubesse, pois trabalhava no meio bancário. Mas, se já era público, não sabia como o era: primeiro, porque era falso e aí como é que as coisas públicas eram coisas falsas?; segundo, questionou de onde é que essa informação vinha; e terceiro, informou que era uma questão judicial em que essa entidade bancária procurou, a despeito do tribunal, ir buscar uns créditos, não cumprindo aquilo que estava estipulado. Não houve nenhum tipo de penhora, houve sim a tentativa de uma entidade bancária, no âmbito de um *factoring*, ir buscar algumas verbas, a despeito do que estava a ser discutido judicialmente ou a despeito do que estava acordado com a empresa. Por fim, e para que ficasse claro, houve uma tentativa de uma entidade que era ilegal e que rapidamente tinha sido contraposta por parte da Câmara. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Reportou-se, seguidamente, ao endividamento líquido. Referiu que tinha defendido que a câmara e o Executivo nunca quiseram “maquiar” a situação momentânea de eventual ultrapassagem dos limites, porque não tinha nenhum tipo de reflexo. Disse que não podiam andar com artificialismos, mas sim com realismos. Tinham a firme convicção de que a situação estava bem controlada e, só não estava mais bem controlada e não tinha baixado, (tinha sido dito e estava no relatório e no orçamento) porque o Estado, que queria exigir prazos de pagamento de acordo com o SIPOCAL e a própria Lei que faz, não cumpria ele os prazos de pagamento. Referiu que o Estado tinha feito uma determinação de que todos os pedidos de pagamento QREN, aprovados até finais de Novembro, estariam pagos integralmente até 7 ou 9 de Dezembro, mas isso não se verificou. Só no dia 15 de Dezembro é que vieram apenas 700/800 mil euros ficando ainda a faltar 2 milhões de euros, referentes a financiamentos de obras feitas, executadas, aprovadas e facturadas. E depois queriam exigir-lhes pagamentos no prazo A ou B.

----- O endividamento ocorria em consequência das facturas remanescentes e da verba que faltava do Estado, através de vários programas. O endividamento líquido não os orgulhava, mas estava controlado porque todas as obras que eram feitas, eram mediante financiamento (que como se vinha a verificar não eram pagas atempadamente). Explicou que tentavam fazer um controlo estrito da despesa corrente, para que não gastassem dinheiro capital na despesa corrente, querendo que a mesma fosse sempre inferior à receita corrente, sabendo que a receita corrente muitas vezes, em climas de crise, podia oscilar, dando como exemplo os impostos (IMT, Alvarás de licenciamento).-----

----- O endividamento, pese embora controlado, foi sempre assumido, mas contavam muito com os prazos de pagamento de entidades externas, nomeadamente o FDR que vinha tendo atrasos grandes. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Explicou, também, que no orçamento constavam 80.000,00€ de despesa paga de refeições escolares e que o ministério da educação ainda não tinha pago.-----

----- **PONTO TRÊS: Tomada de posição relativa a pedido remetido pela Junta de Freguesia do Seixo no sentido de abertura de concurso público para instalação de uma farmácia naquela Freguesia.**-----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** referiu que tinha recebido, do deputado e presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Sr. Albano Lourenço, uma carta, sobre a qual solicitou ao mesmo uma síntese do seu conteúdo.-----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Albano Lourenço (PSD)**, que começou por dizer que a instalação da farmácia era uma ambição bastante antiga da Freguesia do Seixo. Informou que, no início do mandato, tinha retomado os contactos para a possibilidade dessa mesma instalação. Em Fevereiro de 2010, a Junta de Freguesia tinha endereçado um requerimento ao INFARMED para abertura de um concurso público para a instalação da farmácia. No final do mesmo mês, o INFARMED respondeu que não era possível porque a capitação do concelho de Mira não permitia a instalação de mais farmácias. Entretanto, foram trocados alguns ofícios entre a Junta de Freguesia do Seixo, o INFARMED e o Ministério da Saúde. Referiu que tinham solicitado a intervenção dos vários grupos parlamentares da Assembleia da República e, mesmo assim, o INFARMED não tinha mudado de opinião. Entretanto pediu uma declaração da câmara Municipal em que fosse esclarecida a distância do Centro da Freguesia do Seixo para com as farmácias mais próximas e a Câmara assim o tinha feito. O centro da Freguesia do Seixo distava a mais de 2 km das farmácias já existentes. A câmara emitiu também uma certidão a reconhecer o interesse para a instalação da farmácia no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seixo. Perante isso, o INFARMED reconheceu que já não havia nenhum impedimento legal para a instalação da farmácia, só que continuava a não querer abrir o concurso público. -----

----- Mas, como a Junta de Freguesia do Seixo não queria desistir, ou só o faria quando todas as possibilidades estivessem esgotadas, o que pretendiam era que a Assembleia Municipal deliberasse e, havendo possibilidade, emitisse uma certidão a reconhecer o interesse para a instalação da farmácia no Seixo, para assim poderem voltar a pedir ao INFARMED essa abertura. -----

----- Interveio a **Sr.^a deputada Ana Laranjeiro (MAR)** que começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer os votos de boas vindas que lhe tinham sido endereçados. -----

----- Referiu que o grupo municipal do MAR apoiava, incondicionalmente, o pedido de tomada de decisão e considerava que a instalação de uma farmácia no Seixo era uma legítima aspiração da sua população, que poderia beneficiar em muito a população mais idosa. Havia uma grande condensação de farmácias em Mira e no restante Concelho não, de maneira que apoiavam totalmente essa posição. -----

----- Seguidamente interveio a **Sr.^a deputada Fernanda Baptista (PS)** disse que comungava inteiramente com as palavras da Sr.^a deputada Ana Laranjeiro, que a Freguesia do Seixo já há muito que merecia uma farmácia, havendo uma necessidade enorme do Seixo ter a farmácia. Congratulava-se com a iniciativa. -----

----- O **Sr. deputado José Frade (PSD)** referiu que as assembleias municipais tinham sido eleitas para estarem atentas e disponíveis para apoiar tudo o que era entendido como uma mais-valia para as suas populações, nomeadamente a população do Seixo e arredores, tendo em conta o que acontecia com a deslocação dos mais idosos. A saúde era um bem que não podiam deixar de proteger e fazer tudo para que fosse de maior acesso e acessibilidade a todos os conterrâneos.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apoiavam a iniciativa, assim como apoiavam outras diligências que fosse necessário tomar para que se tornasse uma realidade o ensejo da população do Seixo.-----

----- Ainda referiu que era uma “luta” que tinha o seu *timing*, mas tinha que se fazer toda a pressão junto das entidades para que a farmácia fosse uma realidade. Também referiu que estariam sempre disponíveis para apoiar todas as iniciativas que a Junta de Freguesia entendesse.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, na qualidade de deputado, usou da palavra e disse que, após ter consultado todo o processo, era deprimente ver como as coisas decorriam em Portugal. As coisas eram mal geridas e não havia uma centelha de racionalidade. Infelizmente era o retrato fiel do país que eram, pois em qualquer outra circunstância devia ter um progresso transparente e claro. Tratava-se de um processo todo ele burocratizado e com falta de atenção à realidade e verdade. Referiu que estava disponível para fazer todas as intervenções, mas verdadeiramente estavam diante de um retrato do que verdadeiramente não deviam ser. -----

----- A assembleia legitimamente tinha nas suas mãos a possibilidade de emitir uma opinião, uma recomendação e a mesa far-se-ia porta-voz do que a Assembleia decidisse, na certeza de que “*mi hermano*” com a luta/ desejo dos conterrâneos do Seixo. -----

----- Deixou o testemunho para a necessidade e importância do risco que o investidor iria correr e ainda o contributo para agilizar a situação. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** sugeriu que se elaborasse um documento onde a Assembleia expressasse o seu sentir.-----

----- Antes da elaboração do documento, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** questionou à assembleia quem é que se opunha a que a Assembleia adoptasse uma posição de apoio à pretensão da Junta de Freguesia do Seixo, colocando à votação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Foi aprovado por **unanimidade e aclamação**. -----

----- O **Sr. deputado José Frade (PSD)** usou da palavra e referiu que o texto devia ser simples, contendo e reafirmando o “*apoio à Junta de Freguesia do Seixo e reafirma a necessidade urgente e necessária de essa satisfação ser no mais curto prazo possível, uma realidade*” -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interveio e acrescentou à sugestão do Sr. deputado José Frade, o seguinte: “*por mor razão, cumprindo o regulamento em vigor*”---

----- **PONTO 4: Aprovação, nos termos do disposto nos art.º 4º. e 5º. Da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Janeiro, na actual redacção, conjugado com a alínea c) do n.º 2, do art.º 64º e alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, do orçamento e opções do plano/ Mapa de pessoal para 2012.**-----

----- No sentido de apresentar o presente ponto, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer que estavam diante de um orçamento social, onde não se verificava o aumento de impostos, nem encargos com as famílias. Não tinham caído na tentação de aumentar receitas, aumentando os encargos sobre a comunidade e as famílias. Continuavam a financiar, socialmente, bens de necessidade básica como água, saneamento, recolha de lixo e electricidade. Lembrou que a água do município era das mais baratas do país, dando como exemplo que se os preços da água subissem para os praticados em Cantanhede ou em Montemor (já que muitas vezes se faziam comparações com os Concelhos vizinhos), com um aumento na casa dos 30%, iriam receber a mais cerca de 150.000,00€. Se os preços da água subissem para os praticados pela ADRA (Águas da Região de Aveiro) com um aumento de quase 100%, iriam receber cerca de 500.000,00€. Referiu também os preços praticados na Figueira da Foz (que tiveram um aumento de 300%) onde iriam receber mais de 1.000.000,00€. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Informou que, se continuavam a apoiar as famílias que tinham crianças no pré-escolar, com uma redução de 50%, com o que estava estipulado na portaria que definia os preços. Informou que recebiam cerca de 100.000,00€, mas poderiam receber o dobro. Continuavam a reforçar as rubricas de apoio social, apoio a carenciados, a IPSS's, a reconstrução de habitações, apoio Socioeducativo (por exemplo escolas, salas UEEA, hipoterapia, AEC's nos jardins de infância, etc).-----

----- Com o não aumento das comparticipações das famílias, do pagamento da água e dos resíduos, ou mesmo das prestações escolares, a Câmara Municipal estava a apoiar as famílias que viviam em maiores dificuldades. -----

----- Quanto à questão sempre badalada (e com legitimidade) do orçamento “empolado”, considerou que muitas vezes era preciso ver de onde vinha a responsabilidade, pois não era por responsabilidade municipal, pois era hábito, e quando havia desinformação, colocar-se “tudo no mesmo saco”. -----

----- O orçamento empolado (que não considerava ser da responsabilidade municipal) em cerca de 1 milhão de euros, pois à data da realização do orçamento ainda não tinham entrado as verbas da candidatura ao POVT do Saneamento, tendo essas que ser incluídas (pese embora já tivessem chegado em 15/12/2011). Era um orçamento com obras antigas, já feitas, concluídas e que transitavam de ano para ano, empolando o orçamento, mas só constavam porque não estavam pagas, em grande medida por culpa dos atrasos de reembolso do Estado. Informou que algumas delas eram ainda do III QCA, dando como exemplo a Variante Sul [345.000,00€]; o apetrechamento tecnológico das escolas [2.900,00€]; o projecto +Maria [20.000,00€]; os atrasos de pagamento do QREN à Câmara Municipal; o Pólo II [411.000,00€]; as iniciativas de valorização do litoral – Clube Náutico e Museu [321.000,00€]; o Pólo Educativo zona Sul



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[35.000,00€]; o saneamento 1ª-fase [313.000,00€], o Pólo educativo da Praia de Mira [220.000,00€]; os programas LEADER e PROMAR - Valorização Ambiental e Paisagística [119.000,00€]; os Caminhos Pedestres [74.000,00€]; o Museu do Território da Gândara [98.000,00€]. Deixou a ressalva de que já estava a nomear algumas obras que estavam em curso. -----

----- Informou que tinham já submetido, com despesa executada e validada, o pagamento do Campo de tiro, com o total de financiamento aprovado de 725.000,00€.-----

----- Referiu que todos os números apresentados poderiam ser discutidos e analisados no seu contexto. Todos os valores, dava um total de verbas do Estado nos diversos pagamentos de financiamento aproximadamente de 2.700.000,00€. Podiam ainda acrescentar os excessivos atrasos nas comparticipações para competências transferidas, por exemplo e só quanto a refeições escolares do pré-escolar, devia o ministério da educação ao município 80.000,00€.-----

----- As receitas tinha sido contabilizadas através da média dos últimos 24 meses, como se podia verificar, em muitas delas tinham havido abatimentos substanciais, o que poderia vir a trazer uma boa surpresa na cobrança de mais receitas próprias, quer por se estar a partir de valores baixos, quer por se ter afinada a máquina de recebimentos destas receitas. Tinha um orçamento que tinha que estar preparado para um facto novo, regras do jogo que se iam alterando unilateralmente por parte do estado, criando grandes dificuldades a uma gestão municipal, que se pretendia rigorosa mas ágil. O orçamento tinha que ser feito com vista às oportunidades que advinham da renegociação dos instrumentos de contratualização que tinham sido renegociados no âmbito do QREN. As regras dos concursos do QREN vinham a mudar e, na actualidade, eram uma incógnita. Tinha que estar preparados para reagir. A actividade de planeamento não podia ser encarada como um instrumento rígido, estático, mas como uma



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

actividade dinâmica, adaptada a uma realidade sempre em mutação. Era um orçamento marcado pela crise que se concretizava de forma bem vincada pelos cortes brutais nas transferências financeiras do Estado, era um orçamento que devia ter em conta o aumento cada vez maior de despesas correntes. No âmbito, por exemplo, da acção social e aos gastos com a gestão, conservação e manutenção dos diversos equipamentos existentes que viessem a ser reduzidos de forma significativa e a possibilidade de efectuar novos investimentos. Os aumentos do IVA em bens de utilização corrente, como a electricidade; o aumento de comparticipações sociais para com os colaboradores, aliados à diminuição das receitas que advinham das licenças de construção, ainda tornava o cenário cada vez menos optimista. Previa-se que fosse mais um ano em que tinham que assumir responsabilidades acrescidas e que não eram competência da Câmara Municipal, que não rejeitavam e que enfrentavam com determinação, rigor e o entusiasmo de sempre, mas apesar de todas as dificuldades financeiras e pouco favoráveis a grandes investimentos, eram chamados a fazer, mais, melhor e diferente. O trabalho que tinham que enfrentar era cada vez mais difícil e deparavam-se com os desafios que não esperavam. -----

----- Relativamente ao mapa de pessoal, informou que tinham lugares ocupados e vagos que tinham que estar por lei e que tinham que acautelar. Referiu que havia diminuição dos lugares ocupados. Reportou-se aos lugares ocupados da Câmara Municipal, referiu que já tinha ouvido na “rua” que o Município de Mira tinha mais lugares que os Municípios de Vagos e Aveiro e informou que isso não era verdade. E não o era porque partia logo de um pressuposto erradíssimo, porque Mira não tinha empresas municipais como tinham os Concelhos com os quais eram comparados. Também referiu, ainda, que a Câmara Municipal de Mira tinha sido uma das poucas que tinha assumido as responsabilidades e competências com as escolas e daí



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também o elevado número. Considerava que estar a comparar coisas com razões e cenários diferentes eram desconhecimento. -----

----- Para terminar, disse que era um orçamento exigente, era um orçamento (e já tinha sido explicado) que mantinha os valores do ano passado por uma razão muito clara, que era a falta de pagamentos do Estado, era um orçamento exigente, ambicioso e só pela questão social que tinha começado a falar, por ser um orçamento ligado à questão social. Como Presidente da Câmara, com toda a humildade e com toda a firmeza que queria que o Executivo demonstrasse na luta contra algumas injustiças, pediu à assembleia que aprovasse o orçamento, pois era tempo de *“deixar alguns termos de parte e comecem a colocar no dicionário outros, como o dever patriótico, sem se violentarem nos seus propósitos e convicções, de todos se unirem nas diferenças”* aprovando o orçamento para poderem continuar a dar desenvolvimento ao Concelho, não deixando que o mesmo paralisasse e enfrentando todos nas suas diferenças, as grandes dificuldades cada vez mais acrescidas. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** e começou por dizer que o orçamento (assim como outros) era empolado. O grupo municipal do Mar pediu que se reflectisse um pouco sobre o empolamento, compreendia que o Executivo tinha de ter alguma “margem de manobra” para executar o orçamento; no entanto, quando estavam a falar de execuções de 30%/40% não estavam a empolar, mas sim a “dobrar” o orçamento sem necessidade nenhuma, sendo que uma margem de manobra de 20%/30% era aceitável. O grupo municipal do MAR vinha, já há algum tempo, a repetir o referido. Sobre o orçamento, reconheciam que para entrar na discussão deveriam ter feito um “trabalho de casa” para poderem também, com toda a honestidade, apresentar propostas alternativas a este orçamento e,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como não o tinham feito, não entrariam nessa discussão e que estavam para contribuir para o mesmo. -----

----- O **Sr. deputado Juan António (PSD)** interveio e começou por se reportar à intervenção do Sr. deputado José Balugas. Disse que, quanto ao orçamento, não lhes tinha sido pedido qualquer contribuição e, como tal, nem o MAR nem o PSD podiam ter dado. Referiu que o PSD estaria sempre disponível para contribuir, mas tratava-se de um instrumento político e, como tal, tinha de ser sufragado dessa forma, por vezes propunham alterações e elas podiam ser ou não tomadas em conta. Sobre os documentos previsionais teceu algumas considerações de carácter geral, disse esperar outro tipo de orçamento, mas que o orçamento acabava por vir no seguimento dos anteriores. Considerou que os princípios básicos que estavam plasmados no documento, eram os mesmos que estiveram na base dos orçamentos dos anos anteriores, ou seja, toda aquela conjuntura macroeconómica que vinham a falar, não tinha sido tida em consideração, pese embora os esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente da Câmara, que de facto havia alguma verbas que estariam em circulação, algumas delas inclusive tinham sido recebidas e, de alguma forma, poderiam ajustar os valores dos documentos previsionais que tinham sido apresentados, mas considerava que os documentos deviam estar entroncados da seguinte forma: as grandes opções do plano deviam conter o plano plurianual de investimentos, mas de uma forma muito mais visível, sem ser de uma forma tão abstracta, ou seja, as obras que iam executar, qual o rumo que iam tomar, o plano de actividades mais relevantes, entroncar também num plano estratégico de médio longo prazo. Julgavam que o orçamento para além daquelas peças que era o orçamento da despesa e o orçamento da receita, devia alinhar sobre os objectivos programáticos (objectivos esses que deviam ter programas, projectos e acções) que levavam à execução, caso contrário acabava por ser um documento avulso e apenas alguns



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elementos meramente contabilísticos sem grande valor. Sugeriu que havia algo que o Executivo poderia ter apresentado, sendo portanto três grandes objectivos que consideravam estratégicos, pelo que tinha depreendido das palavras do Sr. presidente; no fundo, um Concelho mais solidário e mais saudável, segundo a afirmação da cultura; terceiro educação, desporto e tempos livres. Via-se uma série de obras, mas faltava qualquer coisa que consubstanciasse. -----

----- A realidade actual era a que tinham que viver. Era evidente que ia trazer constrangimentos de várias naturezas, por isso tinham que ajustar o “*modus operandi*” de maneira diferente. Disse que o Sr. presidente da Câmara tinha dito, e muito bem, que havia obras que eram actuais, mas havia delas que transitavam de mandatos anteriores, com outras conjunturas e outras facilidades. Considerou que, na altura, podiam ter tido uma atitude mais reivindicativa porque algumas obras já vinham de quadros comunitários bastante atrasados.-----

----- Referiu que, até ao momento, muito se tinha falado na palavra “Estado”, mas que não os levava a nada, pois tinham era que tornar Mira um Concelho mais solidário e mais saudável, com os poucos recursos e gerir de uma forma muito mais profissionalizada. -----

----- Disse ainda que no orçamento havia muita “navegação à vista”, porque apesar da diminuição das verbas que advinham da transferência da Administração Central, verificavam que essas transferências ainda representavam um valor significativo e apenas disponibilizavam um decréscimo de 392.000,00€ de receita de capital, o que, no fundo lhes dizia que se voltava a usar a mesma metodologia do orçamento, que eram vendas de bens de investimento, ou seja o património municipal que não tinha sido vendido continuava a ser extremamente empolado, para permitir manter os valores totais de orçamentação. Nada lhes era dito como seria conseguido, nem em que condições. No fundo estavam diante de um reiterar de procedimentos tidos em outros orçamentos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por último, referiu que as três vertentes que tinha mencionado, estavam relacionadas em equidade e em termos intergeracionais. Reiterou o que tinha já sido dito, pois o equilíbrio financeiro não se via por terem ou não endividamento, sendo que um empréstimo obtido para financiar despesas de capital ou investimentos não desequilibra qualquer tipo de orçamento, o contrário acontecia para as despesas correntes. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Carlos Nora (PS)** e disse que o orçamento lhe parecia interessante, atendendo à conjuntura económica, que de facto atravessa o país e a que o Executivo não era alheio. Constatava-se que, de facto, do FEF previa-se que viessem menos de 200.000,00€, o que era de facto uma verba muito significativa com que a Câmara não iria poder contar. Relativamente às obras, previa-se que diminuíssem, devido à atribuição de menos fundos que iam entrar, uma vez que, dada a crise, havia menos obras particulares. Contudo, julgava que havia uma preocupação, já salientada pelo Sr. presidente da Câmara, com a qual concordava perfeitamente, que era uma preocupação social no orçamento; pois, de facto, não tinham sido aumentadas as tarifas da água, do lixo e do saneamento, e considerou ser muito importante para toda a população e sobretudo para os mais carenciados. ---

----- Ainda referiu que, por aquilo que tinha lido e pelo que estava escrito pelos números, parecia-lhe que o Executivo pensava em dar um grande avanço, em terminar as obras que estavam no terreno e, sobretudo, as infra-estruturas, saneamento (que era muito importante para a população). Não eram visíveis investimentos de grande vulto porque, de facto, também não era possível dada a crise que estava. Posto isto, as obras de manutenção e o *terminus* daquelas que estavam no terreno, parecia-lhes de facto o mais importante no momento e o mais compreensível e oxalá o município conseguisse terminar essas obras, que já era um bom trabalho. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio novamente o **Sr. deputado Juan António (PSD)**, reportando-se ao turismo. Disse que tinha verificado que tinha havido um aumento significativo, o que lhe aprazia registar.

----- Quanto ao parque de campismo, os recursos eram escassos, mas havia pequenas obras que não fazia sentido ficarem tanto tempo paradas, deixando a ressalva para o parque de campismo do FAOJ e que efectivamente os bungalows fossem uma realidade para o parque de campismo.-

----- O **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** usou da palavra, disse que tinha lido nos jornais, mesmo antes de ter tido acesso aos documentos, a “congratulação do orçamento da Câmara Municipal de Mira”. Considerou que se tratava de um orçamento muito empolado e que, num orçamento dessa natureza, era lamentável que não estivesse contemplado um “cêntimo” para as obras na Freguesia dos Carapelhos. Por outro lado, informou que lhe tinha sido dito pelas professoras, no primeiro dia do mandato, que as escolas estavam degradadas. Informou que tinha ligado para o Sr. Vereador do pelouro, tinham ido ver as escolas e elas estavam “*cheias de fumo, lastimosas, impróprias para crianças estarem nelas, com buracos nas janelas tapados com papel higiénico*” e disse que lhe tinha sido dito pelo Sr. Vereador Miguel, na altura, “*não podemos aqui gastar dinheiro, pois as obras em 2011 vão estar terminadas. Isto é um pólo, por isso gastar agora dinheiro é um desperdício*”. Mesmo assim, as janelas foram arrançadas e envernizadas. Disse que tinham ficado à espera que o orçamento do ano passado contemplasse as escolas e nada. E este ano passava-se a mesma situação.-----

----- Posto isso, disse que mesmo antes do ponto ir a votação, iria votar contra. Pediu desculpa, mas tinha de se ausentar, assim que ouvisse a explicação do executivo à sua intervenção.-----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e começou por dizer que lamentava o facto de não ter ouvido a explicação do Sr. presidente da câmara, antes do documento lhe ter chegado, pois ter-lhe-ia evitado alguns largos minutos em frente ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

computador. Disse que o que mais importante havia a reter na explicação do Sr. Presidente, era o importante a destacar. O facto de ter referido que se tratava de um orçamento social, parecia-lhe que não era apenas uma “campanha de charme”, pois naquela altura soava bem aos ouvidos das pessoas ouvir falar no apoio social, mas depois era importante conseguir concretizar essas medidas. Considerou que o não cair na tentação da subida dos impostos de consumo, parecia-lhe importante e o apoio na redução de 50% na comparticipação às famílias no pré-escolar, eram medidas que, na sua óptica, se definiam na estratégia de cativar a população a manter-se no concelho de Mira e a conseguir trazer alguma população para o nosso concelho. Para além disso, aprazia-lhe também registar a redução nas despesas com o pessoal, parecia-lhe que seria em grande parte aquilo que era emanado do orçamento de estado, na redução do subsídio do 13º e 14º mês, mas também vislumbrava uma redução efectiva do número de trabalhadores. -----

----- Terminou e disse que lhe agradava ver que as perspectivas de receita eram mais realistas. Considerou que a metodologia usada lhe parecia a mais correcta. A ser média dos últimos 24 meses poderia eliminar alguma tentação de tentar empolar os resultados, mas de facto notava-se que iriam ser mais realistas pois estavam revistas em baixa. Naquilo que se podia ver nos valores do parque de campismo, da perspectiva das receitas do IMT, das feiras e mercados, parecia-lhe que o executivo tinha tido uma visão realista da realidade. Deixou uma pequena nota para as grandes opções do plano e para as actividades mais relevantes. Considerava que, mesmo no meio de um orçamento difícil, idêntico ao do ano anterior, porque tinham que se manter algumas rubricas, que no momento eram obras que estavam terminadas e referiu-se a uma obra que gostava que dessa vez fosse para inaugurar, que era o Núcleo Museológico da Gândara. -----

----- Quanto ao mapa de pessoal e à notícia adulterada que tinha surgido no diário económico, disse que era pena só se ler o mapa, “clicar” no concelho de Mira e olhar para as cores e ver que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por cada 1000 habitantes, Mira estava acima da média nacional. Era importante também fazer as restantes contas, era importante saber quantos funcionários teria a Câmara de Mira se tivesse uma empresa que fornecesse água e saneamento e não fossem os trabalhadores directos da Câmara Municipal de Mira a fazê-lo, era importante perceber quantos trabalhadores sairiam do quadro da Câmara Municipal se não tivessem assinado a transferência de competências com o ministério da educação (não estava, no entanto, a dizer que tinha sido um erro, pelo contrário, consideravam-no uma boa medida) e, de facto, também seria fácil colocar os trabalhadores das piscinas, parques de campismo, a trabalhar com avenças, *outsourcing*, com fornecedores de prestação de serviços e, assim, esses trabalhadores deixariam de contar nos quadros da Câmara. Possivelmente fazendo a conta ao rácio de trabalhadores da Câmara por cada mil habitantes, estaria abaixo da média nacional. Relatou que se tinham esquecido de ler as últimas linhas do referido artigo onde dizia que *“não se podia comparar um concelho com uma população pequena com um concelho com uma população muito grande”*, pois de facto, um técnico que o município tem que ter, tanto faz o serviço que tem que fazer para aquela população como para o dobro da população que o Concelho de Mira tinha. Essas contas eram sempre interpretadas da forma que interessava e custava-lhe ver, de facto, a forma como era tratado o nome do Concelho de Mira por quem tinha como único objectivo denegrir a imagem da Câmara, utilizando para isso os contactos de email que estavam na página municipal.-----

----- Salientou ainda que a bancada do partido socialista apoiava incondicionalmente o orçamento, iam votar favoravelmente, quer por aquilo que tinha sido referido, quer por naquela altura do campeonato haver a preocupação social efectiva e terem a coragem de continuar a implementar obras, obras essas que tinham financiamento garantido e assegurado ou então aquelas que eram financiadas por elas próprias. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Os trabalhos prosseguiram e usou da palavra o **Sr. deputado Ricardo Costa (PSD)**. Disse que não iria falar muito do orçamento, mas antes deixar algumas ideias que considerava oportunas e que gostava que se realizassem em 2012.-----

----- Referiu que desde meados de Junho, muitas “desculpas” do Executivo, referentes a situações que não corriam tão bem, vertiam a culpa no governo. Segundo ele sabia, a crise vinha desde 2007, as últimas eleições autárquicas tinham sido em 2009 e o Executivo tinha feito um programa e ia tentar cumpri-lo. Não sabia o porquê da “desculpa” ser sempre o “Governo”, a crise, mais tarde ou mais cedo ia acontecer. Gostava que, a partir de 2012, o discurso começasse a ser diferente. Referiu-se à sua geração, à geração de 80, que era uma geração que não tinha culpa da crise que estava instalada, não tinha culpa e era a geração que ia acabar por sofrer mais porque estava a entrar no mundo do mercado. Via esta geração não como um problema, mas sim pronta a colaborar para resolver esta situação. Mencionou que gostava de ver em 2012, e como também constava no programa do PS, o realizar do Concelho Municipal de Juventude. Acreditava também que a JS quisesse isso, que para colaborar com o Executivo achava um bom ponto para se aplicar em 2012. -----

----- Teceu algumas considerações quanto ao triângulo que era a Câmara, os empresários do Concelho e o Agrupamento de Escolas. Disse que gostava que a câmara fosse o elo principal do referido triângulo de colaboração entre todos, para criar e manter os jovens a trabalhar e a manter o seu futuro no Concelho, reportando-se a emprego e formação, era importante para todos os jovens e para o Concelho. -----

----- Seguiu a sua intervenção e reportou-se ao orçamento, questionou se havia algum bolo financeiro para casos emergentes que pudessem acontecer no Concelho, referindo isso, pois na assembleia de Setembro o Sr. Vereador Miguel tinha dito (referindo-se ao saneamento em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carromeu de Cima e ao estado miserável das estradas) que não estava estipulado no orçamento uma verba para alcatroar os rasgos que tinham sido feitos. Gostava, portanto, de saber se havia algum “bolo financeiro” para casos emergentes, como o que tinha referido, para melhorar estas situações infelizes que aconteciam no concelho. -----

----- Em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** que começou a sua intervenção por se reportar ao Sr. deputado Gabriel Pinho. Questionou-o se tinha visto nos jornais quem se congratulava e disse que o Executivo se congratulava por ter um orçamento que era um orçamento possível. Referiu não ter conhecimento do que tinha saído no Diário de Coimbra, portanto, reafirmou novamente que se congratulavam por ter um orçamento que, reconhecidamente, era o possível e com esse sim, se congratulavam. Mencionou que dizer-se que a Freguesia dos Carapelhos não “tinha um cêntimo”, não era verdade, obviamente que aquilo que a Freguesia vinha reivindicando era obras de melhoramento, e essas obras estavam contempladas. O que não aparecia descrito no orçamento era: “*obras de pavimento ou passeio na Freguesia X*”, mas estavam contempladas as obras, como estavam para todas as Juntas de Freguesia. -----

----- Reportando-se à escola dos Carapelhos, disse que estava na carta educativa e, assim sendo, devia ser um cumprimento de fazer o que estava previsto, mas informou, que qualquer obra tinha que ter um parecer do ministério da educação. Referiu que (e depois não querendo que o Sr. deputado Ricardo Costa dissesse que estavam a esclarecer com o Governo) era um facto, que ao contrário de alguns que diziam que “queremos uma escola, ou façam um escola nova” tinham que cumprir um certo número de passos administrativos, até que se pudesse avançar com o projecto de uma escola, nomeadamente ter um parecer do Ministério da Educação. Informou que, no momento, tinham pedido e contado com o apoio do Agrupamento de Escolas. Não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinha a ser fácil, para não dizer impossível, o parecer favorável pela parte da Direcção Regional de Educação e Ministério da Educação. Mas aí tinha a certeza e a firme convicção que, até sendo Freguesia liderada pelo Sr. deputado Gabriel Pinho e com a relação que tinha junto dos deputados do PSD da Assembleia da República que suportava o Governo, faria todos os esforços para que o Sr. secretário de estado da educação e do Sr. director regional de educação, aprovasse, esse documento. O projecto estava feito e, no momento em que fosse aprovado, haveria uma alteração orçamental, não podiam era contempla-lo no orçamento para o “enganar” e também não era por isso que o Sr. deputado iria votar contra (porque o ano passado tinha as obras de saneamento na sua freguesia e tinha igualmente votado contra).-----

----- Assumi como compromisso, do mesmo vereador que ao telefone lhe disse que “assim que houver parecer favorável do Ministério da Educação para fazer a requalificação do pólo educativo dos Carapelhos havia uma alteração orçamental” a obra seria feita. Disse ainda que não queria sequer que se usasse o motivo de estar a Freguesia em risco para não se manter lá uma escola, porque entendiam que ter lá uma creche (na Associação), ter jardim-de-infância, tinha que ter obrigatoriamente escola de primeiro ciclo, porque senão era a ruína para o pré-escolar e para a creche da Associação, que era financiada pelo Estado. -----

----- Seguidamente dirigiu a sua intervenção ao Sr. deputado Ricardo Costa. Disse que no ano passado, no orçamento, com o outro governo, tinham feito um relatório em que também falavam do “Estado”, também antes de Junho, apresentavam as verbas em falta “Parque de campismo, contrato programa; Variante Sul III QCA; Lota, Estádio Municipal”, referiu que “ a queixa” do Estado não era depois de Junho, era sim, sempre que o Estado não cumpria, eles “apontavam o dedo”, porque a população acusava-os a eles. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Também no orçamento do ano passado vinha contemplado o total das verbas em falta. Disse, com veemência, que o Executivo não era mais brando na defesa do Concelho de Mira, consoante o Governo fosse mais conhecido ou não. -----

----- Relativamente ao Concelho Municipal da Juventude, pediu desculpa por desiludir, mas enquanto o próprio tivesse força no Executivo, não iria fazer o Concelho Municipal da Juventude, contra o PS, não apoiava a Lei, que na sua opinião e da Associação nacional de Municípios, era injusta. Enquanto a legislação não fosse alterada, porque estava a dar competências que inclusivamente eram da Assembleia Municipal, não apoiaria o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- O **Sr deputado Ricardo Costa (PSD)** informou que já tinha havido uma alteração. -----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** disse que ainda não tinha conhecimento dessa alteração e que os Concelhos Municipais de Juventude, como estavam não os apoiava, contra aquilo que o PS tinha definido. -----

----- Quando ao papel da Câmara na trilogia Agrupamento de Escolas/Empresários/Câmara, considerou que vinham a ser parceiros de todos aqueles que queriam ser seus parceiros. Tanto que tinham sido acusados de favorecer empresários, uns por IMI, outros por interesses Municipais, cedências de terrenos. Informou que a Câmara estava ao lado dos empresários, de todos aqueles que precisavam de ajuda e se dirigiam até eles. Disse que havia uma instituição que ainda não tinha sido extinta, que era a Associação de Promoção Turística e Formação Profissional de Mira (não era o Executivo que tinha a presidência) e essa associação, juntamente com a Associação Empresarial de Mira, Agrupamento de Escolas de Mira e Câmara Municipal, não vinha a fazer o seu papel. Informou que estavam sempre disponíveis para a reabilitar, no entanto, compreendiam que ao reabilitarem-na estavam a “roubar clientes” ao Agrupamento de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Escolas, que também vivia da formação que fazia e cada vez mais não queria deixar “fugir” os alunos. -----

----- Julgava que com o Agrupamento de Escolas, a Câmara Municipal de Mira vinha a ser um parceiro essencial; no entanto, estavam sempre disponíveis para encarar melhores soluções de formação e de colocação. Informou que, através do Gabinete de Inserção Profissional, dezenas de pessoas eram encaminhadas para empresas. Disse ainda que poucos eram aqueles que pediam estágio e que não conseguiam arranjar. Vinham a fazer a ponte/ligação com os empresários e com a escola, muitas vezes com algum sacrifício da Câmara, eram os próprios que ficavam com muitos estagiários que as empresas não acolhiam. -----

----- Ainda referiu que, mais que encontrar qual a geração que mais ia sofrer era ver a maneira de dar a volta à situação e era aí que deviam estar imbuídos. -----

----- Disse não ter compreendido a questão do Sr. deputado Ricardo Costa quando se reportou a casos emergentes sociais; julgava que se referia a casos onde houvesse a necessidade de uma “bolsa de salvação” para algum problema que surgisse eventualmente. Quanto à questão dos rasgos na estrada em Carromeu, consequência das obras de saneamento, informou que ia ser feita intervenção e estava prevista uma candidatura. Primeiro que tudo, os rasgos eram tapados pela empresa de saneamento, no entanto iam fazer uma candidatura para atapetamentos em várias estradas do Concelho, mas estava dependente da aprovação do QREN. -----

----- Aludiu, seguidamente, à intervenção do Sr. deputado Juan António quando disse que o orçamento era um pouco “navegação à vista”. Considerou que isso era quase um elogio, porque “hoje” tinham que navegar à vista, não com aquilo que queriam fazer, mas com aquilo que podiam fazer. O “ apenas querer fazer” não chegava, ter apenas um grande programa de desenvolvimento estratégico, mais não passava de um programa de intenções; pois, de facto, na



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

actualidade “navegavam muito à vista”. Se tinham duas obras, se o financiamento abriu para uma, era naquela que tinham de apostar, pois era impossível num município como o de Mira, fazer uma obra de um milhão de euros sem ter financiamento. -----

----- Disse que perdiam tempo demais a fazer o texto do orçamento, que era feito para explicar o orçamento, para evitar que algumas coisas não fossem abordadas em Assembleia, assumindo-as com toda a frontalidade. -----

----- Ainda na questão da “navegação à vista”, referiu que não “escolhiam o que queriam dançar, mas tinham que dançar ao som da música que toca”, como o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que as regras mudavam com muita frequência e tinham que se adaptar rapidamente às regras. O presente documento de planeamento estratégico era um documento que tinha que ser rigoroso nos números, mas tinha que estar dotado de alguma flexibilidade. Explicou que muitas vezes eram abertas rubricas, e apenas abertas, para que caso determinado concurso abrisse, terem a possibilidade de poder concorrer. Era nisso que a gestão municipal era oposta à gestão de uma grande empresa, pois a grande empresa planifica a médio longo prazo grandes investimentos e, na actualidade, as câmaras, fruto da perca de capacidade de investimento por receitas próprias, tinham que fazer a “navegação à vista”, que o Sr. deputado Juan António criticava. Mas compreendia-o, pois ele preferia que houvesse um plano de médio longo prazo para que as pessoas soubessem hoje o que poderiam esperar daqui a alguns anos, porque para investidores era isso que muitas vezes se pedia. Compreendiam isso também, mas tinham que “jogar” com as regras do jogo. -----

----- Ainda informou que o modelo de orçamento, era um modelo standardizado; que tinha que responder ao tribunal de contas, pese embora nas introduções se pudessem fazer algumas mudanças. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Disse que não se importavam que o orçamento tivesse um milhão de euros a mais, apenas para poder ter abertas uma ou duas portas para caso houvesse a abertura de concurso, porque sabiam que, se não tivessem a porta aberta, “amanhã” quando abrissem o concurso não podiam concorrer. -----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** prosseguiu a sua intervenção e aludiu à intervenção do Sr. deputado José Balugas. Referiu que o empolamento que tinha dito, já tinha sido explicado, e devia-se às obras executadas e não pagas, e a única parte que faltava pagar (e o Sr. presidente da Câmara tinha lido as verbas, para que se confirmasse que no orçamento só falta pagar o dinheiro que vem do estado), a Câmara tinha pago na íntegra a sua parte. Depois tinham que dizer que executar metade era um grande rigor, porque poderiam executar a despesa a 100%, mas se executassem a receita só a 50% estavam a onerar mais o município e o que vinham a fazer (daí a diminuição do endividamento), só executavam obras se tivessem receitas. -----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** referiu que era isso que esperava ouvir dos Sr. deputados, pois mostrava um acto de grande rigor por parte do Executivo, porque não custava nada colocar no orçamento mais uma ou duas obras, faziam-se, mas depois a receita para elas? Não custava nada terem 100/90/80% de execução de orçamento e depois quem é que iria pagar? As gerações futuras. Disse que executar metade era um acto que os orgulhava muito, porque conseguiam executar metade, mas baixar o endividamento, o que significava que só executavam porque tinham dinheiro, o não aumentar o endividamento era um acto de grande responsabilidade! -----

----- Reportou-se à questão do FAOJ, respondendo ao Sr. deputado Juan António, relativamente à aprovação do caderno de encargos para o FAOJ; informou que tinha seguido no presente dia para a plataforma o relatório preliminar. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Das três propostas concorrentes, todas propunham abrir no Verão com as primeiras obras de reabilitação, colocando tudo de acordo com a lei e, posteriormente, fazer o upgrade para três estrelas. Eram três propostas muito boas, três bons concorrentes, uma ligada ao parque de campismo de albufeira, outra ao parque de campismo de armação de pêra e outra ligada a franceses. Como era do conhecimento, tinham majorado a proposta de quem fosse mais rápido.-

----- Também disse que tinham um orçamento economicamente suportado e socialmente distribuído, pois queriam apoiar sobretudo aqueles que já estavam a pagar a crise e não podia ser a câmara a fazê-los pagar ainda mais. Essa era a linha orientadora do Executivo e não se tinham desviado dela. -----

----- Relativamente aos trabalhadores e ao mapa de pessoal, informou que havia um decréscimo efectivo em número de 5% de trabalhadores, o que implicava que as câmaras iam ter que fazer cada vez mais, tinham cada vez mais responsabilidades, responsabilidades que lhes estavam a ser pseudo – transferidas. Não lhes era transferida pelo Estado a responsabilidade nem lhes davam o dinheiro, mas eram as câmaras que tinham que resolver os problemas às pessoas, problemas sociais e ambientais. Era o Executivo que tinha que limpar a barrinha, cuidar das matas e sem transferência de verbas. Cada vez mais as pessoas vinham “bater à porta” da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, pois eram os governos de proximidade e, mesmo assim, reduzindo 5% do número de trabalhadores. Reduziram mais em verba, mas não queria falar desse montante porque muita da verba que se tinha reduzido era à custa das regalias que os trabalhadores estavam a perder e aí, seria da parte do Executivo, injusto estarem a vangloriarem-se de uma descida que não era real. O que era real era a descida de 5% do número de trabalhadores. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida reportou-se ao **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e, quanto ao Museu do Território da Gândara, disse que também eles gostariam de o ter aberto há já muito tempo.-----

----- Referiu que os Srs. deputados deviam dar mérito ao Executivo porque tinha conseguido financiar a recuperação do museu a 85% pelo QREN e tinha conseguido ir buscar a 90% pelo LEADER o recheio. Informou que se tratavam de duas candidaturas, ao LEADER e ao QREN, pois mais valia esperar 4 anos e ter a obra paga, do que fazer um buraco e depois não ter como o pagar. -----

----- Informou que não aumentavam os impostos indirectos e só faziam obras financiadas. Novamente quanto ao Museu do Território da Gândara, ia ser um museu radicalmente diferente daquilo que o Concelho estava habituado e iam poder ver que era algo que os ia orgulhar muito, sobretudo quando a Câmara apenas, do total da obra que orçava em mais de 400.000,00€ com recheios e reabilitação, tinha pago cerca de 15%. Considerou que essa é que era uma obra de boa gestão, podendo às vezes ter que aguardar 3 ou 2 anos, mas que as obras fossem financiadas. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por maioria,** com 6 votos contra dos Srs. deputados do PSD, 2 abstenções dos Srs. deputados do MAR e 14 votos a favor, 13 dos Srs. deputados do PS e 1 do Sr. deputado Albano Lourenço (PSD), nos termos do disposto nos art.º 4º. e 5º. Da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Janeiro, na actual redacção, conjugado com a alínea c) do n.º 2, do art.º 64º e alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o orçamento e opções do plano/ Mapa de pessoal para 2012.-----

----- Ausentou-se, após a votação, o Sr. deputado António Alberto. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado Albano Lourenço (PSD)** interveio e fez a seguinte declaração: -----

----- “A Junta de Freguesia do Seixo, recorda que no ano passado votou favoravelmente ao plano e orçamento de 2011 com base na obra do saneamento para o Seixo, obra esta que não se verificou. Mas uma vez esta obra consta no plano de actividades desta vez já com aprovação em reunião de câmara e prestes a ser posta a concurso. Note-se que consideramos que esta obra é vital para o desenvolvimento da freguesia do Seixo, daí termos votado favoravelmente estes documentos. Esperamos que a Câmara Municipal de Mira passe à acção e que a respectiva obra se inicie rapidamente. -----

----- Notar também que as verbas a transferir para as freguesias quer através da celebração de protocolos quer através do apoio às obras das juntas deveria ser reforçada o que não é espelhado neste orçamento. As juntas de freguesia são e devem ser o braço direito das Câmaras Municipais. Por vezes já desempenhamos funções e trabalhos que nem sequer são da nossa competência. -----

----- O executivo da Câmara Municipal de Mira sabe quais são as ambições e necessidades da freguesia do Seixo, pelo que espera para o ano de 2012 um forte apoio, que não tem necessariamente de ser somente financeiro. Podia destacar várias obras necessárias nomeadamente ao nível de vários arranjos urbanísticos que a Câmara Municipal de Mira tem conhecimento, mas lanço aqui o desafio que até ao final do mandato a Câmara Municipal de Mira quer através da inclusão de valores no seu orçamento quer através de eventual candidatura consiga arranjar verbas para um novo piso do polidesportivo do Seixo, pois sabe o executivo liderado pelo Dr. João Reigota que esta junta de freguesia não tem capacidade para autonomamente executar tal obra. Porque na política temos acima de tudo ser democráticos e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defender os interesses da nossa população a Junta de Freguesia do Seixo votou favoravelmente o plano e orçamento para 2012 com as devidas ressalvas referidas anteriormente”-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que fez a declaração de voto que a seguir se transcreve: -----

----- “A nossa declaração de voto começaria por dizer que era lógico que a nossa coerência é clara e precisa com os nossos vereadores e se fosse um executivo nosso, não seria esta a nossa estratégia, o nosso orçamento, as nossas opções já de há muito tempo relativamente àquilo que temos sido confrontados desde 2009. -----

----- Os Deputados Municipais do PSD que votaram contra este Plano e Orçamento para 2012 fizeram-no com base nos seguintes pressupostos: -----

- Desde 2009 que temos vindo a chamar a atenção para as opções tomadas pelo executivo não irem no sentido do estabelecimento da apresentação de uma estratégia ambiciosa mas sim a falta de opções para inverter a tendência que tem conduzido ao atraso estrutural em que o Concelho se encontra; -----

- A proposta de Orçamento e opções do Plano para 2012 não se distingue, nem traz quaisquer novidades, relativamente ao documento de 2011 que, por sua vez, vinha na linha dos orçamentos anteriores; -----

- É evidente a falta de inovação, não há uma ideia nova na qual Mira possa alicerçar a sua esperança ou um facto verdadeiramente inovador que se possa considerar decisivo para o desenvolvimento do Concelho; -----

- Esta é uma proposta que uma vez mais não tem correspondência à realidade e, portanto, uma fantasia orçamental tendo em conta a execução do (s) ano (s) anterior (es.) -----

----- Do ponto de vista político: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- *O rumo político e estratégico que é seguido é gerador de uma continuidade de navegação à vista e fica aquém do que poderia ser feito; -----*
- *Estamos perante um orçamento irrealista pois o executivo não conseguirá atingir os objectivos propostos; -----*
- *Apesar da previsível diminuição das verbas transferidas pela Administração Central, feita uma análise aos documentos financeiros, verificamos com grande espanto que na receita o grupo das transferências de capital continua a ser o grupo com maior peso no orçamento da receita contribuindo com 28,22% em termos relativos. Este representa em parte a verba do FEF capital oriundo do orçamento de estado e financiamentos comunitários; -----*
- *A Câmara prevê um decréscimo nas receitas de capital somente de 392.549,00€. Porém, constata-se que a maior parcela deste Capítulo Económico diz respeito à “venda de bens de investimento” (património municipal), que não sabemos quando, nem onde, nem como será conseguido. De salientar que os anteriores orçamentos assentaram no mesmo mecanismo. -----*
- *Verificamos, com séria preocupação, que a venda de património (4.319.850,00€) representa cerca de 25% do orçamento.-----*
- *Pelos números apresentados neste orçamento se deduz a fragilidade económica e financeira da Câmara Municipal o que nos aumenta a nossa preocupação com a sustentabilidade futura. --*
- *Conclusão: -----*
- *Reafirmamos a crítica e oposição a este orçamento e plano por faltarem aqui, apostas estruturais para, duma vez por todas, tornar Mira uma terra de futuro, dotada de uma imagem mais moderna e apelativa, de modo a atingir um grau superior de desenvolvimento e de progresso. -----*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Constatamos que o orçamento apresentado em vez de ser um documento estratégico e que devia apresentar novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento, é uma reprodução de continuidade dos anteriores documentos que para além de não conter novidades, pouca tranquilidade e esperança traz aos Mirenses”. -----

----- O **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apesar de todos os constrangimentos já referidos, é preciso manter a dinâmica empreendedora que foi criada, é preciso concretizar as muitas obras que se encontram no terreno e é preciso ultimar os projectos das obras essenciais e estruturantes que são uma realidade a médio prazo. No entanto, não serão seguramente os condicionalismos financeiros que impedirão o desenvolvimento de projecto, na nossa perspectiva são fundamentais para o crescimento mais sustentável e mais humano do nosso Concelho. Este orçamento apresenta coragem, determinação e quer o melhor para as populações. Permite continuar a levar a cabo projectos abrangentes e estruturantes que venham complementar toda a rede de infra-estruturas e equipamentos que têm sido construídas no concelho de Mira com o esforço desta Autarquia. Esta proposta de orçamento e opções do plano para 2012, é antes de mais, e acima de tudo, uma definição clara das linhas de orientação estratégica para o Concelho, bem como, as actividades previstas assentes no trabalho já realizado nestes últimos 6 anos, e num conhecimento profundo das fragilidades e das potencialidades do Concelho, em todas as áreas de actuação desta Autarquia, procurando sempre criar e potenciar as condições necessárias para o bem-estar da população de Mira. Por tudo isto, a bancada do partido socialista afirma que vota favoravelmente este orçamento e as grandes opções do plano.”-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** retomou ao ponto três da ordem de trabalhos, para ser lido e para tomada de conhecimento do plenário, o texto onde constava a deliberação da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal de Mira relativa ao pedido da Junta de Freguesia do Seixo para abertura de concurso público para a instalação de uma farmácia nesta freguesia, que passou a ler:-----

----- “A Assembleia Municipal de Mira reunida em sessão ordinária nos Paços de Concelho, aos 29 de Dezembro de 2011, delibera apoiar a pretensão exposta pela Junta de Freguesia do Seixo (documento anexo) e fazer eco desta deliberação junto das entidades envolvidas.-----

----- Mais releva esta Assembleia o facto de o argumento em que o INFARMED baseou, inicialmente, a rejeição do pedido ter sido reconhecido, a posteriori, como destituído de fundamento por este mesmo regulador. -----

----- Conclui esta Assembleia, face ao que antecede, que apenas a autorização do concurso público pedido pela Junta de Freguesia do Seixo respeitará o interesse público, a lei vigente e a transparência.”-----

----- O ponto três da “tomada de posição relativa a pedido remetido pela Junta de Freguesia do Seixo no sentido de abertura de concurso público para instalação de uma farmácia naquela Freguesia” foi novamente colocado à votação, sendo **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO CINCO: Declaração de interesse público municipal do empreendimento turístico “Herdade do Lago Real”**. -----

----- O Sr. deputado José Frade (PSD) informou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de que tinha como ponto prévio uma declaração de protesto, que passou a ler, conforme se transcreve seguidamente: -----

----- “Pressupostos: -----

----- Na Proposta do Presidente da Câmara e certidão da deliberação da Câmara lê-se:-----

----- “ACEITAÇÃO E DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO HERDADO LAGO REAL.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O executivo Municipal deliberou, em 12/12/2006, aprovar a proposta n. 305/06 de 08/12/2006, no sentido de ser declarado o interesse público municipal de um empreendimento turístico constituído por uma serie de equipamentos, nomeadamente de um restaurante, de um picadeiro, de uma casa de hospedes e de valências desportivas, à qual foi também posteriormente aprovada pela Assembleia Municipal [em 24/01/2007] ”-----

----- Do conteúdo da acta de 24 de Janeiro de 2007, referida anteriormente consta: -----

----- Apresentação do Presidente do Executivo....“Disse também que o interesse público municipal era um formalismo importante e essencial, que já há muito deveria ter sido declarado e que era também, no seguimento de diversos pareceres jurídicos, uma forma de prevenir eventuais problemas no futuro....”-----

----- Consta ainda: “....mas não queria estar a analisar quem tinha ou não tinha razão e o que se pretendia era a aprovação da declaração do interesse público municipal do empreendimento”.-----

----- Na mesma acta consta em intervenção seguinte do então Deputado Raul Almeida do grupo Municipal do PSD:-----

----- “ Somos a favor deste investimento e deste empreendimento. O 1º passo é importante, mas não sabemos quais os próximos passos que vão ser dados. Não conhecemos o teor do requerimento do promotor. Não conhecemos os pormenores do acordo entre o promotor e a Câmara Municipal de Mira. Daí o nosso abandono. Requeremos, ainda, que a presente declaração seja transcrita para a acta.”-----

----- “Acto contínuo, a bancada do PSD abandonou a sala, pelo que, verificando-se a inexistência de quórum, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados”.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- “ENCERRAMENTO: -----

----- *E, na impossibilidade de ser dada continuidade aos trabalhos, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas...”-----*

----- *Do exposto interrogamo-nos e indigna-nos:-----*

----- *- Pelos dados e informações que dispomos a deliberação do executivo de 12/12/2006 não corresponde ao que de facto foi votado pelo executivo;-----*

----- *- onde está a citada aprovação desta matéria nesta Assembleia e data? Que terminou sem quórum e não foi votado.-----*

----- *- e se existisse para quê novo pedido de aprovação?-----*

----- *- e porquê agora só passados perto de cinco anos e para que efeitos concretos? -----*

----- *Nada nos é remetido e se diz.-----*

----- *Senhor Presidente da Assembleia Municipal também nós não queremos discutir quem tem ou não tem razão...são águas passadas.....muito turvas... -----*

----- *Protestamos pelo facto de não nos terem sido entregues fundamentos que alterem os dados e factos apresentados e muito mais grave estarem os deputados desta assembleia a serem incorrectamente informados por documentação que não espelha a verdade...e que podem ter efeitos graves.-----*

----- *Como consequência do nosso protesto não participaremos em actos desta natureza, em que falta, se deturpa ou se omite informação, violando a lei e o regimento desta assembleia bem como onde é manifesto a falta de ética política.-----*

----- *Mantemos a coerência com as posições anteriormente assumidas pelo anterior grupo municipal do PSD e seus ex e actuais Vereadores. -----*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entendemos caber ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o apuramento e fiscalização da tramitação legal que e proposta, deliberação e certidão encerram. -----

----- Caberá aos restantes Deputados Municipais a análise do proposto e a responsabilidade da sua aprovação. -----

----- O Grupo Municipal do PSD” -----

----- Após ter apresentado a declaração de protesto e a sua base, o **Sr. deputado José Frade (PSD)**, informou o Sr. presidente da Assembleia Municipal que a bancada do grupo municipal do PSD iria abandonar os trabalhos.-----

----- Eram cerca das 19h40 quando o **Sr. deputado António Alberto (PS)** retomou a sessão da Assembleia Municipal.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apelou ao grupo municipal do PSD que se mantivesse um pouco mais para não continuarem a laborar na ignorância. Era evidente que o ponto, ao ser agendado, pressupunha que os esclarecimentos fossem dados em sede de assembleia e só assim os deputados, em consciência, poderiam votar, favorável ou desfavoravelmente ou abster-se de votar a presente propositura. Julgava que não deviam de algum modo dramatizar a situação, a coerência era boa, enquanto servia a razão. Pediu que se ouvissem os argumentos do executivo para verem se havia razão para a coerência e não simplesmente invocar que havia falta de informação e abandonar os trabalhos. -----

----- Pediu novamente que, na base do que tinha proferido, a bancada do partido social-democrata ouvisse a argumentação do Executivo e o que tinha para lhes dizer, se assim o entendessem, mas seriam livres de tomar a sua decisão. -----

----- Em resposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o **Sr. deputado José Frade (PSD)** disse que estavam sistematicamente a ser confrontados com deturpações e com



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informação errada. Tinha-lhes sido enviado um documento justificativo do interesse público, baseado numa acta de assembleia municipal onde não tinha havido deliberação. Essa deliberação, segundo sabiam, tinha sido feita mais tarde em Fevereiro de 2007. Considerou que se travava de uma falta de respeito com os Srs. deputados, estarem a dizer que tinha sido aprovado na assembleia de 24/01/2007 aquilo que nem sequer tinha ido a votação. -----

----- Referiu que não tinha sido por acaso, que no início da sessão tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara Municipal se tinha informações no “ período de antes do ordem do dia”, se as tivesse e se tivesse sido de boa fé, tinha dado essas informações. -----

----- Neste momento ausentaram-me os deputados da bancada municipal do PSD.-----

----- Foi dada a palavra ao Executivo para prestar os esclarecimentos que achasse adequados. ---

----- Usou da palavra o **Sr. vereador Miguel Grego** que informou que se tratava de um lapso (tinham-no verificado no momento). Disse que acusar de falta de ética política, quem abandonava e não queria ouvir as explicações, era no mínimo deselegante. Explicou que, apenas no momento e até à data, nunca o PSD, nem sequer os Sr. Vereadores do PSD que tinham estado na reunião de Câmara, ninguém tinha alertado para o referido lapso e agora os deputados municipais do PSD acusavam de falta de ética política, eles que abandonavam em vez de discutir. -----

----- Deixou a analogia de que em futebol se trataria de falta de fairplay mas ali seria politiquice, porque continuava a fazer “o acto de contrição quem não ía à missa”. Uma vez mais pretendiam abandonar uma reunião, agarrando-se a um formalismo, quando já por outras vezes, tinham pedido ao Executivo para alterar documentos, porque de facto estavam errados. -----

----- Referiu novamente que só no momento é que os serviços estavam a constatar o lapso, não tinha havido deliberação na reunião de 24/01/2007, mas sim numa reunião extraordinária em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fevereiro. Disse, com veemência, que era apenas um formalismo, essa posição tinha sido tomada pelos vereadores e deputados numa outra reunião (em 2006) sem haver “esse rabo-de-palha”, de maneira que a posição, iriam tomá-la na mesma. Não havia nenhuma falta de ética política, havia sim alguém que de forma despudorada e repetida era contra os empresários no Concelho e contra quem vinha investir no Concelho, criando, cada vez mais, aquilo que necessitam, que eram as receitas próprias. -----

----- Explicou que o que ia ser feito, seria licenciar equipamentos que iam dar receitas próprias ao município através de IMI, IMT, IRS e através de licenciamento, loteamento e emprego. -----

----- Mencionou ainda que era contra essas situações que repetidamente, o PSD “se levantava e não ia sequer a jogo”, recusava-se a jogar. Era contra esse tipo de situações, tinham que se levantar e “erguer a voz”. -----

----- Referiu, indignado, que se havia um lapso formal num documento que os deputados sabiam que tinha sido aprovado, podiam querer votar contra o empreendimento, mas só contra ele. Podiam querer “abandonar o jogo”, agora acusar o Executivo de falta de ética política só pelo facto de uma acta ter sido trocada pelos serviços. -----

----- Disse ainda que não se recordava de outras situações semelhantes, havia de facto um lapso e assumiam-no, a acta que continha a deliberação era a de Fevereiro e não a de Janeiro. Para serem ainda mais claros, informou que a aprovação de Fevereiro nada tinha a ver com o ponto que estavam a debater, pois estavam a falar de um outro equipamento. Se estivesse de alguma forma relacionado com a deliberação de 2007 não estariam naquele dia a debater o ponto. -----

----- Tratava-se de um equipamento novo, e o mais caricato, era que o histórico na certidão, mais não era que “excesso de zelo” ao colocar a informação que nem era necessário lá constar. Tinha sido aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal em Dezembro de 2006 e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fevereiro 2007, não tinha sequer que ser chamado à história, porque apenas era mais um equipamento no espaço contíguo e estava em causa um hotel, um restaurante, valências desportivas, um picadeiro e uma albergaria. A albergaria não tinha sido declarada de interesse público municipal e seria declarada no presente dia.-----

----- Por último, lamentou a posição do PSD, que era a mesma de sempre, o abandonar e o ser contra os empresários e terem sido acusados de falta de ética política por quem estava a usar um artifício formal de um documento que nada estava relacionado com o ponto em discussão, era lamentável. -----

----- Disse também que se alguém era a favor dos empregos, dos empresários e do desenvolvimento da terra, não era garantidamente o PSD e era por isso que se falava muito em triângulos entre associações empresariais e agrupamentos de escolas, mas havia uma parte que não ia a jogo. -----

----- O Executivo repudiava veementemente a crítica de falta de ética política e com aquela atitude não se estavam a comportar como cidadãos responsáveis. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de deputado, para dizer o seguinte: *“Os investimentos eram num concelho e nós estamos bem em termos de investimentos que temos tido, felizmente. A empregabilidade neste Concelho é boa, porque há investimento. Investir gera riqueza e a distribuição da riqueza enriquece as pessoas e mantém o bem-estar das pessoas. Foi triste, durante muito tempo ver um investimento, como o que está em causa (a outra parte e agora este) não se ter desenvolvido com a fluidez que devia ter. As razões não cuido de as enunciar, conheço algumas, não estamos agora a analisar essa questão, mas sim a analisar uma oferta que é essencial para complementar a ideia de Mira como um destino turístico, como um destino com oferta de serviços, que atrai de Verão e de Inverno*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqueles que nos querem visitar e deixar alguma da sua riqueza e ajudar-nos a sobreviver e a viver melhor. Por isso eu fiz o apelo à bancada Social-democrata no sentido de primeiro ouvir e depois decidir. Isto é o que manda uma boa coerência, porque invocar a coerência em nome do não aprender faz lembrar (e é pena que cá não estejam para ouvir este raciocínio) atitudes de outros seres vivos, que por mais que se explique não aprendem. E são coerentes, muito coerentes. Mas não é essa coerência que reflecte o pensamento humano, a razão e a inteligência. Isso não é coerência, ela não é aliás um desiderato sacrossanto, a coerência é determinada pelos momentos, pelas circunstâncias. E não são circunstâncias de 5 ou 6 anos que determinam o meu momento. Hoje, a coerência é de facto uma linha de rumo, mas é uma linha de rumo que não é de “aço inoxidável” que o tempo deve moldar. Também não deve ser plasticina que nos tira a coluna vertebral, mas é algo moldável pela razão humana e pela inteligência. E por isso pedi para a bancada social-democrata se manter, porque era bom que ela se mantivesse e, depois, abandonasse a sala na altura da votação se não quisesse votar. Se se sentia insultada, se tem razões políticas para isso, sai. Mas aqui ninguém insultou ninguém, ninguém faltou ao respeito a ninguém. É um erro, é um lapso menor, comparativamente com outros que aqui já temos tido e que não levaram ao abandono. Agora, há aqui um aspecto, nós estamos a decidir algo importante para o Concelho e é nestes momentos que se verifica se o Concelho trabalha em conjunto. Esta é a segunda vez que acontece, com a mesma bancada, em relação a investimentos importantes para o Concelho. O outro teve a ver com a Pescanova, que ainda é muito mais relevante que este. Também nesse dia houve aqui fragilidades, não houve clareza na assunção da responsabilidade que nós temos como cidadãos do Concelho para salvaguardar os interesses “major” deste Concelho. Essa é a verdade crua e nua, queiram ouvi-la ou não a queiram ouvir. E deixamos uma imagem triste de fractura, de quem não sabe o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é que quer. Um dia querem uma coisa, passados uns meses querem outra, aí não foi invocada a coerência, porque até se alterou. É verdade ou é mentira? E é pena que aqui não estejam para ouvir. Nessa altura não houve coerência e era importante que houvesse, já que é uma linha verdadeira, uma linha de rumo, algo que tem que ser sacrossanto, que seja sacrossanto para defender o Concelho. -----

----- Eu, investidor, como é que vou acreditar em alguém que hoje diz uma coisa e daqui a dois anos está pronto para dizer o seu contrário, isto é, para neutralizar vantagens que me levaram a investir aqui. Era o que estava em causa com a Pescanova. E hoje, o que está em causa também, é dar seguimento a um pedido daquele nosso concidadão que adoptou esta Terra para investir e que tem lá os seus interesses, mas que são interesses que se vão reflectir a favor da Terra. E isso é extremamente importante, há muitas famílias que vivem daquele investimento e há muitos serviços, muito comércio, para além das famílias directamente empregadas que vivem daquele negócio. E isto é extremamente importante para o Concelho, era bom que aqui estivesse a bancada social-democrata para ouvir este raciocínio, concordando ou discordando, a verdade não está na minha cabeça nem nas minhas palavras, mas enfim, é uma reflexão sobre a coerência e sobre o interesse deste Concelho. É por isso que nós havemos de estar sempre mal, é por isso que é extremamente difícil e exigente em termos de energia ganharmos o futuro e sustentarmo-nos, porque nós, nem para nós sabemos ser bons. Sempre assim foi, Mira e o país. Mas Mira, particularmente é um exemplo “danado, malévolo” desta forma de comportamento. Não sabemos estar juntos, viver juntos, planear o futuro juntos, perceber os momentos cruciais para mostrar unidade, determinação e visão de futuro. Essa é a verdadeira questão!” -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Novamente usou da palavra o **Sr. vereador Miguel Grego** e pediu para que constasse e se olhasse para a certidão, a única questão que estava em causa, e que não tinha sequer que constar, era (a meio) o histórico, e dizia “foi posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal” e estava dentro de parênteses uma data. Informou que essa data devia ser 28/02/2007 em vez de 24/01/2007, era apenas essa a questão formal a que se tinham agarrado e que nem tinha que constar. Essa tinha sido a questão formal, porque senão a declaração de voto que o PSD iria fazer seria a seguinte “*o líder da bancada do PSD, interveio e disse que por uma questão de coerência, com a decisão tomada nas últimas Assembleias e tendo em conta que a proposta era a mesma, iam abandonar a sessão*”. Era o que iam dizer, se não se agarrassem àquela questão formal das datas, a declaração para se ausentarem seria a mesma, não havia nenhuma falta de ética política ao terem aquele lapso na certidão. -----

----- Pediu que fosse corrigida a certidão, e a rectificação seria feita posteriormente em reunião de Câmara. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio e disse que a mesa aceitava a rectificação, se a Assembleia não se opusesse. Tinha maioria e poderiam votar o ponto. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** e começou por dizer que iria começar exactamente por propor a alteração da data. Manifestou ainda que o MAR aceitava perfeitamente que a mesma fosse alterada, uma vez que a data de 24/01/2007 que constava na certidão não era a verdadeira mas sim a de 28/02/2007, não fazia sentido nenhum continuar, considerando que era um lapso. Ainda disse que o Grupo Municipal do MAR não se revia minimamente naquela forma de fazer política, porque o que tinha acontecido era o pior que podiam fazer, era subverter tudo aquilo para que tinham sido eleitos. Tinham-no sido para contribuir para o engrandecimento do Concelho e o PSD estava a fazer o contrário. Estava a ir



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contra os interesses da Acuinova, contra os interesses dos outros empresários, pois parecia que o crescimento do Concelho lhes fazia mal e isso era grave, estavam a agir erradamente. -----

----- Também referiu que se congratulavam e concordavam com a declaração de interesse público do empreendimento Herdade do Lago Real. Entendiam ser de toda a justiça apoiar quem investia, quem criava postos de trabalho, quem criava riqueza, quem atraía turismo ao Concelho, quem tinha mérito e créditos dados. Eram essas pessoas que deviam apoiar e tudo só pecava por “tardio”, já devia ter sido declarado esse interesse público e eram os pequenos subterfúgios, que se vinham arranjando ao longo do tempo, que vinham a impedir que o empreendimento não estivesse há mais anos a criar riqueza. Iam votar favoravelmente pois entendiam que era de toda a justiça. -----

----- Seguidamente interveio a **Sr. deputada Fernanda Batista (PS)**. Reportou-se à atitude do PSD e disse que em nada a admirava porque tinham estado no “poder” durante 17 anos e várias empresas tinham tentado vir para Mira e eles tinham evitado sempre que elas viessem. Daí que não vissem com “bons olhos” as empresas que estavam a entrar no Concelho de Mira, através do Executivo do partido Socialista. -----

----- Disse que o Sr. Manuel Rato Frade era um grande empreendedor, tinha criado a Quinta da Lagoa, com muitas dificuldades, já nessa altura tinha sido necessário ceder-lhe mais um pouco de terreno, o PSD tinha votado contra e tinha-o conseguido com a bancada do PS e CDS. Tinha feito muito pelo Concelho, além de trazer turistas que deixam riqueza no Concelho, além dos postos de trabalho que ele criava, ajuda ao comércio, ajuda a instituições de Mira, pelo grande homem que era com vista ao futuro do Concelho, disse que pessoalmente ia votar favoravelmente, era um empreendimento que dignificava o Concelho. -----

----- O **Sr. deputado António Alberto (PS)** voltou a ausentar-se da sessão. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado Carlos Nora (PS)** interveio e, de acordo com a sua linha de pensamento na última Assembleia Municipal em que tinha votado favoravelmente a isenção de IMI para a Acuinova, pois considerava que se devia incentivar os empresários, aqueles que queriam expandir em Mira. A Quinta da Lagoa e a Herdade do Lagoa Real eram a “imagem de marca turística de Mira”. Aludiu que seria triste se fossem votar contra o espírito empreendedor e natura para investir como era o caso do Sr. Manuel Rato Frade, ainda para mais que a conjuntura económica não era nada favorável, era de realçar toda a vontade que o empresário tinha de investir em Mira. Disse que iria votar favoravelmente e incentivar para que o projecto fosse levado para frente que iria engrandecer mais Mira. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Narciso Patrão (PS)**. Disse que estava muito triste pela situação que se tinha criado na sessão da Assembleia Municipal, dava a impressão que as pessoas não eram a favor do Concelho e do seu engrandecimento, mas sim queriam exhibir-se e mostrar que são diferentes. Mas exibiram-se daquela maneira, abandonando os trabalhos. Disse que conhecia perfeitamente o Sr. Manuel Rato Frade, não estavam a fazer nada para o empreiteiro, para o dono do empreendimento, estavam a falar de Mira, de tudo o que era real e o que o empresário vinha a fazer era levantar o nome de Mira. Se tinham um timoneiro que conseguia “conduzir o barco e remar mesmo contra maré”, segundo o Sr. deputado, tinham que dizer que sim, quantas vezes fossem precisas. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)**. Quis destacar o facto político que tinha ocorrido na Assembleia, que por uma simples troca de data de uma acta na certidão, tinha sido motivo para o abandono do grupo municipal do PSD, historiando, como os próprios tinham feito, na acta de 24/01/2007 não estava nenhuma data errada e tinham abandonado igualmente a sessão. Referiu que somando “dois mais dois” dava-lhe a entender que o grupo municipal do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PSD era contra a declaração de interesse público municipal do empreendimento Herdade do Lago Real. -----

----- Relativamente ao que estava em causa no ponto em debate, referiu, e sem sequer estar a tecer qualquer comentário sobre a validade ou não do promotor, do empreendimento que estava, aquilo que lhes era colocado em votação, era o interesse público Municipal do empreendimento Herdade Lago Real. Tinha sido discutido e decretado pelos deputados municipais na sessão de assembleia de 28/02/2007 e no momento havia outro edifício dentro do complexo, que por tudo aquilo que tinha sido a justificação dos deputados do PS na altura, a manter-se todas as indicações, não tinham porque não declarar o interesse público municipal do empreendimento. Também, se não lhe falhava a memória, nos últimos 6 anos que era deputado de Assembleia Municipal não tinha havido qualquer empresa de Mira ou de fora que tivesse ido a votação o seu interesse público municipal, e que o tivesse sido negado pela bancada do PS. Sem estar em questão quem era o promotor ou qual era o empreendimento, sabiam julgar, sem olhar a interesses partidários ou eleitorais aquilo que era importante para o Concelho de Mira e daí votarem favoravelmente o interesse publico municipal do empreendimento turístico Herdade do Lago Real. -----

----- Não se verificando mais intervenções, o Sr. presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação, sendo deliberado pela Assembleia Municipal **aprovar por unanimidade**, a declaração de interesse público municipal do empreendimento turístico “Herdade do Lago Real” com a consideração deste “novo” edifício destinado a alojamento local [antes designado por hospedaria].-----

----- Concluída a ordem de trabalhos da sessão, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a aprovação da minuta da acta, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e dez minutos, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

